

História

Viva

Reflexões e
Conexões
do Tempo

Alex Conceição Vasconcelos da Silva
Alexandre Elias da Silva
Charlene de Souza Oliveira
Fabiana Maria S. S. Vilar Alvez
Guilherme Esteves Galvão Lopes



Editora
REALCONHECER

História

Reflexões e
Conexões
do Tempo

Viva

Alex Conceição Vasconcelos da Silva
Alexandre Elias da Silva
Charlene de Souza Oliveira
Fabiana Maria S. S. Vilar Alvez
Guilherme Esteves Galvão Lopes



Editora
REALCONHECER

© 2024 – Editora Real Conhecer

editora.realconhecer.com.br

realconhecer@gmail.com

Autores

Alex Conceição Vasconcelos da Silva

Alexandre Elias da Silva

Charlene de Souza Oliveira

Fabiana Maria S. S. Vilar Alvez

Guilherme Esteves Galvão Lopes

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editores e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Real Conhecer

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586h História Viva: Reflexões e Conexões do Tempo
/ Alex Conceição Vasconcelos da Silva, Alexandre Elias da Silva,
Charlene de Souza Oliveira, et al. – Formiga (MG): Editora Real
Conhecer, 2024. 67 p. : il.

Outros autores:

Fabiana Maria S. S. Vilar Alvez, Guilherme Esteves Galvão Lopes

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-84525-85-6

DOI: 10.5281/zenodo.10570436

1. História. 2. História geral – Estudo e ensino. 3. História do Brasil. 4.
História Mundial. I. Silva, Alex Conceição Vasconcelos da. II. Silva, Alexandre
Elias da. III. Oliveira, Charlene de Souza. II. Título.

CDD: 907

CDU: 93

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Real Conhecer

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

editora.realconhecer.com.br

realconhecer@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

[https://editora.realconhecer.com.br/2024/01/historia-viva-
reflexoes-e-conexoes-do.html](https://editora.realconhecer.com.br/2024/01/historia-viva-reflexoes-e-conexoes-do.html)



AUTORES

ALEX CONCEIÇÃO VASCONCELOS DA SILVA

ALEXANDRE ELIAS DA SILVA

CHARLENE DE SOUZA OLIVEIRA

FABIANA MARIA S. S. VILAR ALVEZ

GUILHERME ESTEVES GALVÃO LOPES

APRESENTAÇÃO

A narrativa magistral que se desenrola nas páginas deste compêndio revela-se uma intrincada tapeçaria, tecida com maestria pelos autores, cujo domínio das nuances temporais e habilidades analíticas proporcionam uma experiência única. É por meio da erudição contida nestas páginas que se estabelece uma ponte entre o passado, o presente e o futuro, conectando os fios da história de maneira a revelar as tramas mais profundas e ocultas que moldaram o curso da humanidade.


Os autores, cuja erudição transcende a mera exposição de eventos, apresentam uma abordagem interdisciplinar que ilumina não apenas os acontecimentos históricos, mas também os mecanismos subjacentes que os impulsionaram. Esta obra, portanto, não se restringe a uma mera narrativa cronológica, mas sim busca desvendar os padrões recorrentes, os ciclos e as influências que permeiam o tecido temporal da civilização.

A obra aborda reflexões profundas sobre a condição humana, as dinâmicas sociais e as transformações culturais que constituem a tessitura da história. As análises meticulosas e as interpretações perspicazes oferecidas pelos autores enriquecem sobremaneira a compreensão dos leitores, proporcionando um substrato intelectual robusto para a apreciação crítica dos eventos passados e presentes.


Espera-se que a obra seja recebida com a devida reverência, pois é um farol que ilumina o caminho da compreensão histórica, convidando os leitores a navegar pelos mares complexos e fascinantes do passado, presente e futuro.

SUMÁRIO

Capítulo 1 GOLPES, NACIONALIZAÇÕES E PROJETO NACIONAL: A BOLÍVIA NOS JORNAIS BRASILEIROS DURANTE A DÉCADA DE 1950 Alexandre Elias da Silva	8
<hr/>	
Capítulo 2 A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NO CINEMA BRASILEIRO: ANÁLISE CRÍTICA DOS FILMES “INDEPENDÊNCIA OU MORTE”, “XICA DA SILVA” E “O AUTO DA COMPADECIDA” Alex Conceição Vasconcelos da Silva Guilherme Esteves Galvão Lopes	24
<hr/>	
Capítulo 3 FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE NO CAMPO DA EDUCAÇÃO: UM NOVO CAMINHO PARA A CIDADANIA Charlene de Souza Oliveira Fabiana Maria S. S. Vilar Alvez	46
<hr/>	
Autores	66



Capítulo 1
***GOLPES, NACIONALIZAÇÕES E PROJETO
NACIONAL: A BOLÍVIA NOS JORNAIS
BRASILEIROS DURANTE A DÉCADA DE
1950***
Alexandre Elias da Silva





GOLPES, NACIONALIZAÇÕES E PROJETO NACIONAL: A BOLÍVIA NOS JORNAIS BRASILEIROS DURANTE A DÉCADA DE 1950

Alexandre Elias da Silva

Professor de História do Instituto Federal Fluminense, campus Macaé (IFF Macaé), Mestre em História (UFF), doutorando em História (UERJ).

E-mail: aeliasiff@gmail.com

RESUMO

O objetivo do presente texto é analisar como as mudanças ocorridas na Bolívia durante os primeiros anos da década de 1950 foram noticiadas em jornais brasileiros. As turbulências do período denotam uma sociedade em transformação, buscando participação política nos rumos do país a partir da emergência de movimentos sociais e políticos que almejavam protagonismo. Nesse sentido, examinamos os acervos *on-line* dos periódicos O Globo (RJ), Correio da Manhã (RJ), Folha da Manhã (SP) e O Estado de São Paulo (SP). A escolha dos periódicos se deveu à influência e abrangência dos mesmos, uma vez que eram diários com grande circulação nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, duas das principais cidades brasileiras da época consideradas centro do poder e economia no país. Outra preocupação do texto é analisar o discurso da mídia, especificamente os jornais diários citados, acerca das transformações levadas a cabo por distintos governos bolivianos que continham medidas de cunho nacionalista, refletindo nos interesses dos EUA naquele país. Em um clima ideológico de embate entre países influentes nessa quadra histórica como os EUA e a URSS, selecionamos episódios que denotam mudanças no tradicional arranjo político e econômico boliviano. Selecionamos para análise três momentos que julgamos representar os conflitos pelos quais se debatiam setores importantes da sociedade boliviana: as disputas em torno dos preços internacionais do estanho, principal riqueza mineral do país à época e principal fornecedor dos EUA; as eleições de 1951, com a vitória do candidato Victor Paz Estenssoro, imediatamente contestada e que deu margem para um golpe militar; a nacionalização do setor minerador estanífero, ocorrida após a Revolução Nacional de 1952,

vista como simpática aos interesses comunistas presentes no governo de Paz Estenssoro.

Palavras-chave: Revolução Nacional Boliviana. Revoluções na América Latina. imprensa periódica.

ABSTRACT

The aim of this text is to analyze how the changes that took place in Bolivia during the early 1950s were reported in Brazilian newspapers. The turbulence of the period shows a society in transformation, seeking political participation in the direction of the country through the emergence of social and political movements that wanted to play a leading role. To this end, we examined the online collections of the newspapers O Globo (RJ), Correio da Manhã (RJ), Folha da Manhã (SP) and O Estado de São Paulo (SP). The choice of periodicals was due to their influence and scope, since they were dailies with a large circulation in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo, two of the main Brazilian cities at the time considered to be the center of power and economy in the country. Another concern of the text is to analyze the discourse of the media, specifically the daily newspapers mentioned, about the transformations carried out by different Bolivian governments that contained nationalist measures, reflecting US interests in that country. In an ideological climate of clashes between influential countries such as the USA and the USSR, we selected episodes that denote changes in Bolivia's traditional political and economic arrangements. We have selected for analysis three moments that we believe represent the conflicts in which important sectors of Bolivian society were debating: the disputes surrounding the international prices of tin, the country's main mineral wealth at the time and the main supplier to the US; the 1951 elections, with the victory of candidate Victor Paz Estenssoro, which was immediately contested and led to a military coup; and the nationalization of the tin mining sector, which took place after the 1952 National Revolution and was seen as sympathetic to the communist interests present in Paz Estenssoro's government.

Keywords: Bolivian National Revolution. Latin American revolutions. Periodical press.

A UTILIZAÇÃO DA IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA

A utilização da imprensa periódica na análise histórica como forma de inferir a opinião pública acerca de determinados assuntos e eventos não é um campo inexplorado, ao contrário, diversos trabalhos acadêmicos procuram utilizar essa técnica para embasar seus estudos (ver AQUINO, 1999; KUSHNIR, 2004; KUCINSKI 2003; CARNEIRO, 2003;

dentre outros). Segundo Tânia de Luca, até a década de 1970 os trabalhos historiográficos que se fundamentavam em fontes periódicas ainda eram de pequena monta, devido à desconfiança para sua utilização seja por seu caráter episódico ou pela afeição de certa historiografia aos documentos oficiais.

Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCA, 2008, p. 112).

A vigorosa renovação da historiografia a partir da década de 1970 no país vai recuperar a tradição oriunda dos *Annales* que, em suas pesquisas, inseriam temáticas com o intuito de provocar o alargamento do horizonte dos historiadores e a interlocução com outras disciplinas das ciências humanas. Jornais, processos judiciais, imagens, manifestações culturais e muitas outras formas de registros da atividade das sociedades humanas foram incorporadas ao fazer historiográfico, compondo um discurso que se distanciava criticamente e procurava problematizar as fontes utilizadas anteriormente como os documentos oficiais e narrativas heroicas. Se tais objetos, fontes e documentos foram incorporados definitivamente ao ofício dos historiadores, seus usos não escapam da necessária avaliação.

A utilização da mídia impressa na pesquisa acadêmica não deve prescindir da crítica aos interesses defendidos pelos grupos midiáticos, bem como suas relações com o poder instituído e a proximidade e/ou afastamentos de governos, grupos econômicos e de agentes do poder. Segundo Maria Helena Capelato “*Desde os seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais.*” (CAPELATO, 1988, p. 13). A cena da mídia impressa brasileira é marcada pela forte concentração, onde poucas famílias possuem os maiores veículos de informação, acusando praticamente um monopólio das informações que circula no país.

O próprio acesso ao discurso difundido pelas empresas de comunicação, demonstra a intensa desigualdade com que os atores sociais possuem e reverberam a ideologia dos grupos dominantes proprietários dos meios de comunicação. Para Margarethe B. Steinberger, a cobertura do noticiário internacional é marcada pelo subdesenvolvimento informacional (STEINBERGER, 2005) pois a carência de fontes

alternativas impede a compreensão de realidades necessariamente complexas, acarretando a ausência de autonomia cognitiva. Segundo a autora, graças ao seu poder de disseminação de ideologias, a mídia desempenha um papel decisivo na formação e ampliação de consensos.

Na modernidade, a mídia jornalística, pelo seu poder de disseminar informações e multiplicar imagens em grande escala, passa a desempenhar um papel importante na formação de imaginários sociais. Ao transplantar o conceito de Bourdieu de *campo político* para o espaço jornalístico, estamos considerando a hipótese de que a mídia instaura uma espécie de espaço público disputado por atores sociais numa *correlação de forças* que, em princípio, refletiria aquela que existe na realidade social. (STEINBERGER, 2005, p. 164)

A carência de fontes informacionais sobre os países vizinhos da América do Sul ainda hoje abrange a maior parte da população, que acessa as poucas notícias sobre eventos internacionais a partir da televisão e da *web*. É perceptível o privilégio que este meio informacional dá aos países centrais do capitalismo, localizando seus repórteres e correspondentes a partir da lógica de maior veiculação de notícias naqueles países. A América Latina é diretamente atingida por estas escolhas empresariais. Em sua grande maioria, os veículos noticiosos brasileiros não possuem correspondentes em países latino-americanos, com exceção da Argentina. Como resultado, temos o consumo de notícias a partir de traduções de matérias realizadas pelas agências internacionais de mídia, que são grandes conglomerados empresariais que respondem a interesses específicos de seus financiadores.

A desejada ampliação da cobertura jornalística na América do Sul pouco avançou se comparado com a década de 1950. Mesmo com o aumento dos veículos informativos, principalmente a partir da multiplicação do acesso à *web*, identificamos uma tendência à concentração em grupos midiáticos internacionais e a diminuição na publicação de jornais diários, acarretando uma menor pluralidade nessas coberturas.

A Bolívia está inserida nesse cenário de isolamento informacional e isso contribui para o desconhecimento da complexa realidade social boliviana pelos brasileiros. As notícias muitas vezes distorcidas que chegam até nós sobre o país andino atestam uma realidade cercada por golpes militares, pobreza e baixo desenvolvimento das forças produtivas. Apesar da Bolívia possuir um histórico de frequentes golpes militares e insurreições, observamos que as mobilizações do povo boliviano são por diversas vezes negligenciadas pela mídia empresarial. No período abrangido no texto, a cobertura

noticiosa sobre a Bolívia nos periódicos nacionais pesquisados pode ser caracterizada como episódica, tendo escassos relatos sobre turbulências políticas como alvo principal das reportagens ou notas de agências internacionais. Para os propósitos deste texto, considerar-se-á a visão de quatro periódicos brasileiros acerca dos eventos ocorridos na Bolívia desde fins da década de 1940 até os meses posteriores a Revolução de 1952.

Para esse panorama utilizamos os acervos dos jornais *O Globo* (RJ), *Correio da Manhã* (RJ), *O Estado de São Paulo* (SP) e a *Folha da Manhã* (SP) que estão disponíveis online. Outro fator a ser levado em conta foi a penetração dos veículos na opinião pública, já que tais periódicos alcançavam à época uma grande repercussão devido a sua circulação não só nas principais cidades do país, como também em outras regiões. Pretendeu-se também ampliar o horizonte com visões que, apesar de possuírem muitas proximidades, diferem em alguns aspectos pontuais. A partir de temas sensíveis ao olhar da imprensa e da sociedade civil, como *eleições, soberania nacional, nacionalismo e estatizações de setores produtivos*, pretende-se analisar os reflexos dessas medidas para os leitores brasileiros. Alguns episódios foram selecionados como significativos para ilustrar a ótica da imprensa nacional em relação às disputas e inquietações ocorridas no país andino. As rivalidades com os EUA em torno do preço do estanho em 1951; as eleições de 1951; a tomada de poder pelo grupo político liderado pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) em 1952 e os discursos acerca da estatização das minas de estanho realizada pelo governo do MNR em fins de 1952.

AS ELEIÇÕES DE 1951 E O GOLPE MILITAR: NACIONALISMO, COMUNISMO E PODER POLÍTICO

A cobertura das diversas mobilizações ocorridas na Bolívia no período estava inserida em um cenário não menos turbulento, tanto no continente americano, como no resto do mundo. As páginas dos jornais que remetiam às inquietações no país andino cobriam, diversas vezes com maior destaque, conflitos que afligiam outros povos e podem ser enquadrados como resultados das disputas internacionais entre as duas potências da época, EUA e URSS. Na Bolívia, o alinhamento com os Estados Unidos era realidade há algum tempo, devido a dependência do país em relação às exportações de estanho para seu principal parceiro comercial.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a situação econômica boliviana foi muito afetada devido à queda do preço do estanho no mercado internacional e as pressões das empresas mineradoras para não diminuírem sua lucratividade. Não tardou para que o cenário de instabilidade econômica transbordasse para o movimento social organizado. Pelo lado dos trabalhadores, os sindicatos mineiros organizaram greves com a intenção de combater a escalada dos preços e o desemprego, no entanto, estas foram duramente reprimidas. A resposta do governo à crise foi aumentar a repressão contra os sindicatos e os trabalhadores, apostando no confronto como forma de demonstrar força. Para legitimar a repressão, a administração argumenta que sindicatos e federações realizavam atividades conspirativas para desestabilizar o regime.

A economia boliviana dependia estruturalmente dos preços internacionais do estanho que, na década de 1940 representavam cerca de 75% de sua pauta de exportações. Vale ressaltar que o país era o maior produtor do continente americano desse minério e sua exploração era controlada majoritariamente por três empresas que detinham juntas 82% da produção nacional. O poder dos *barões do estanho* (assim eram chamados os três proprietários das maiores empresas mineradoras – Simon Patiño, Maurício Hothschild e Carlos Aramayo) e suas influências no Estado e na burocracia pode ser demonstrado com a baixa incidência de impostos desse setor econômico. Apesar de representar o principal produto de exportação, a cobrança atingia cerca de 3% a 5% do valor exportado, tendo alcançado 13% em determinados momentos. Segundo Everaldo Andrade, “O poderio econômico crescente da grande mineração do estanho tornou o estado boliviano uma caricatura, agência intermediadora entre os grandes capitais gerados pela mineração e o restante da burguesia boliviana” (ANDRADE, 2007, p. 29)

A crise gerada pelos baixos preços do estanho foi notícia em jornais brasileiros. O jornal *O Estado de São Paulo*, em sua seção sobre economia intitulado “Suplemento Comercial e Industrial”, assim reportou as disputas em torno do mercado estanífero e a interferência dos EUA em 1950:

Estanho

Este é um dos raros metais cujas cotações livres puderam ser elevadas. Os preços têm sido extremamente variáveis, pois o precário equilíbrio entre a oferta e a procura ameaça o consumo, a todo instante, com a possibilidade de escassez da matéria-prima. Além disso, trava-se presentemente uma luta entre os consumidores, representados pelos Estados Unidos, e os produtores de estanho, que são Malásia e a Bolívia. Este último país vem resistindo vivamente à pressão norte-americana. Assim é que as negociações entre La Paz e Washington têm perturbado

profundamente os mercados de estanho de Londres e Singapura. Washington mostrou-se disposto a pagar pelo estanho boliviano um preço excepcional de 112 cents por libra, em vez de 103. Mas a Bolívia não ficou satisfeita com a concessão, limitando, assim, as possibilidades de compra a esse preço. (...)

Os Estados Unidos fizeram uso, contudo, de uma outra tática para forçar os produtores: os jornais norte-americanos difundiram largamente, durante a última semana, uma notícia segundo a qual os serviços norte-americanos da defesa nacional teriam encontrado um metal capaz de substituir o estanho em inúmeras aplicações industriais (*O Estado de São Paulo*. São Paulo, 28/09/1951. p.28).

A matéria do jornal *Estado de São Paulo* repercute as pressões exercidas pelo governo dos EUA e as resistências do governo boliviano em relação as oscilações dos preços dos produtos primários. Destaca-se a argumentação da matéria sobre a oferta de compra do estanho por parte dos EUA com a nítida adesão à proposta estadunidense, caracterizada como “excepcional”, mas também citando as táticas não convencionais empregadas pelos norte-americanos na tentativa de baixar os preços do metal. Vale notar que as flutuações neste mercado ainda sentiam o efeito do final da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o início da Guerra da Coreia em junho de 1950 levou o preço do estanho a novas oscilações. A extrema dependência das rendas estatais oriundas da exportação do minério levou a tensões internas e mobilizações dos mineiros bolivianos. A situação de fins da década de 1940 e início da década seguinte foram cruciais para demonstrar o imenso desgaste do regime de dominação da burguesia e dos setores militares. A sucessão de revoltas, greves, insurreições, golpes e mudanças de governo pode ser entendida como sinal mais decisivo desta crise. Durante o período conhecido como *sexênio* (1946-1952), os rumos políticos do país adquiriram uma velocidade típica de tempos que precedem terremotos políticos.

O presidente Urriolagoitia, através de uma mensagem dirigida à nação, disse que *‘grupos de agitadores, aproveitando as passageiras privações do povo, tentaram consumir uma revolução para nos conduzir à reação totalitária, às experiências comunistas ou à anarquia’*.

Anunciou que o país se encontrava numa encruzilhada, motivada pela crise do estanho provocada por especuladores e contrabandistas. (...) Disse o presidente que os elementos subversivos criaram um clima de exacerbação e violência, mas que o governo, não obstante, defende os direitos dos trabalhadores, aos que pediu que se mantenham serenos e calmos, prometendo-lhes suas justas remunerações mais adiante.

‘Tenho a honra de informar que a Argentina – prosseguiu o presidente – com quem mantemos vínculos de boa vizinhança, ordenou o internamento dos cabeças revolucionários que pretendiam entrar na Bolívia para alterar a ordem’. Referindo-se ao comunismo, Urriolagoitia afirmou que toda a América fará causa comum para combatê-lo. Convidou o povo a lutar

contra a especulação, contra os contrabandistas e pregadores da violência social e terminou assegurando que o perigo da revolução foi conjurado devido as precauções tomadas pelo governo (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18/03/1950. p. 01).

As agitações políticas presentes na matéria do jornal *Correio da Manhã*, revelam que a elite política boliviana estava temerosa duplamente, pelas manifestações organizadas pelos sindicatos e movimentos políticos. Em resumo, a notícia que estampa a primeira página do jornal, menciona que as agitações sociais eram atribuídas aos trabalhadores organizados pelos sindicatos e movimentos políticos de oposição ao governo do presidente Mamerto Urriolagoitia e que o regime estava trabalhando dentro de suas possibilidades para manter a ordem e repelir os movimentos desestabilizadores. Nota-se que a situação econômica dos trabalhadores, mesmo sendo alvo das palavras do presidente, não mereceu maior aprofundamento na matéria.

O jornal *O Estado de São Paulo* é explícito em sua manchete ao noticiar o golpe de estado em 17/05/1951 que entregou o poder a uma Junta Militar ao invés de realizar a eleição junto ao Parlamento como preconizava a Constituição boliviana:

O Exército assume o poder na Bolívia e anula as eleições.

Urriolagoitia entrega voluntariamente o governo às forças armadas – o golpe visa livrar a Bolívia do totalitarismo representado pela camarilha fascista Paz Estenssoro e por seus aliados comunistas – Decretado o estado de sítio – Serão convocadas em breve novas eleições presidenciais e parlamentares

Declarações do líder fascista boliviano

Em extensa declaração escrita, o dirigente do Movimento Nacionalista Revolucionário, Victor Paz Estenssoro, declarou que ex-presidente Mamerto Urriolagoitia havia entregue ilegalmente o poder a junta militar para impedir que ele ocupasse a presidência daquela república. O poder devia ter sido entregue ao presidente do Congresso, de acordo com a Constituição Boliviana.

A decisão da junta militar anulando as eleições de 6 de maio ‘coloca a camarilha militar fora da lei (*O Estado de São Paulo*, São Paulo. 17/05/1951. p. 01).

Sem rodeios, a matéria de *O Estado de São Paulo*, em primeira página, identifica o líder do MNR Victor Paz Estenssoro, como fascista e aliado aos comunistas. O periódico visa neutralizar e anular os resultados obtidos pelo MNR nas urnas e adotar o discurso da Junta Militar como o mais correto, fugindo assim da polêmica discussão acerca da quebra dos preceitos constitucionais que previam a eleição pelo Parlamento e não a assunção ao poder executivo de uma Junta Militar. Pode-se especular que tais confusões não são fortuitas ou frutos de indigência intelectual dos repórteres e redatores do jornal. O mais

provável é que essa aproximação seja fruto do alinhamento da empresa na disputa ideológica muito peculiar nessa conjuntura. Igualmente na primeira página, o jornal dá destaque para a investida dos comunistas na Guerra da Coreia e sinaliza que as ofensivas lideradas pelos EUA encontravam “tenaz resistência dos comunistas”.

Já o jornal *Correio da Manhã* adota um caminho que visa esclarecer os meandros da legislação eleitoral boliviana e os rumos tomados pelos agentes políticos do momento. A matéria informa que mesmo obtendo vantagem sobre o segundo colocado, o candidato Victor Paz Estenssoro não conseguiu obter a maioria absoluta dos votos como proclamava a norma eleitoral e isso deixaria nas mãos do Congresso boliviano a indicação do próximo presidente. No entanto, o periódico dá destaque para a caracterização dos militares acerca do MNR e seus líderes como simpatizantes do “comunismo” e que o exército deveria “manter a ordem”.

A Junta Militar boliviana anulou os resultados das eleições de 6 de maio e anunciou que convocará oportunamente novas eleições presidenciais e parlamentares. (...)

Nas eleições de 6 de maio, o candidato do Movimento Nacionalista Revolucionário, Victor Paz Estenssoro, (...) obteve uma vantagem de 14.000 votos sobre o candidato governista, Gabriel Gonsalves, mas faltaram-lhe cerca de 8.000 votos para a maioria absoluta estipulada pela constituição. Por isso a sucessão presidencial teria de ser resolvida em agosto, pelo Congresso, onde o partido do governo, Partido da União Republicana Socialista (PURS) detinha a maioria. Não obstante, vários jornais e dirigentes políticos fizeram declarações pelo rádio no sentido de que o Congresso devia eleger Paz Estenssoro, reconhecendo a maioria que este havia obtido nas eleições. (...).

Perigo Comunista

Por seu lado, o Gal. Ovidio Quiroga, comandante em chefe das forças armadas bolivianas, declarou à imprensa o que é a posição do exército nitidamente anticomunista. Disse que “vimos o perigo comunista, o qual foi uma das razões poderosas para que aceitássemos a demissão de Urriolagoitia e encarregássemos o exército do governo” (...) A Junta decretou estado de sítio, prometeu restabelecer “a ordem e a paz” na Bolívia e assegurou que apenas permanecerá no poder por “breve tempo”, entregando o poder “a quem consiga por vias legais (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17/05/1951. p. 01).

O jornal *Folha da Manhã*, dentre os pesquisados, foi o que deu maior destaque para a versão do candidato Victor Paz Estenssoro. O periódico equilibra-se noticiando os pronunciamentos da Junta Militar e publicando seus manifestos. Na matéria, o jornal reporta as considerações de Estenssoro, que faz críticas duras ao presidente Urriolagoitia devido à sua renúncia:

O sr. Mamerto Urriolagoitia fugiu da Bolívia, consumando sua última arbitrariedade. Não renuncia em mãos do presidente do Congresso, como ordena a Constituição, mas entrega o poder de presente a um grupo de militares implicados em todas as violências e peculatos, todos membros do partido oficialista, PURS (*Folha da Manhã*, São Paulo, 17/05/1951. p. 01).

O golpe militar após as eleições de 1951 foi uma arriscada aposta dos militares no intuito de contornar a crise que se arrastava desde o final da década anterior. A repressão desencadeada pelos militares não foi suficiente para sufocar os grupos oposicionistas. Segundo o historiador Herbert Klein:

O novo governo anulou imediatamente as eleições e colocou o MNR fora de lei como organização comunista, a nova retórica refletia o desenvolvimento da ideologia da Guerra Fria no contexto internacional. Mas só os Republicanos e um pequeno partido fascista de direita e pró-clerical, a *Falange Socialista Boliviana*, estavam dispostos a apoiar os militares. Mesmo generais se deram conta do resultado inevitável da luta o que se avizinhava e, nesse momento crítico do conflito, muitos oficiais importantes assumiram cargos diplomáticos no exterior. Ficou evidente para todos os observadores que o MNR deveria tentar então assumir, pela força, o que lhe fora negado nas urnas. Sem nunca ter relutado em usar a violência, o MNR assumiu uma oposição total aos militares, convencido de que apenas uma política de guerra civil lhe daria acesso ao governo (KLEIN, 2016, p. 273).

A BOLÍVIA E O PERIGO DO COMUNISMO: A NACIONALIZAÇÃO DAS MINAS DE ESTANHO

Uma das medidas mais importantes no caminho da nacionalização das riquezas nacionais foi a estatização das minas de estanho, principal produto exportador do país e maior gerador de divisas para a economia. Na mídia periódica brasileira, a estatização das minas de estanho recebeu destaque e obteve coberturas variadas:

Contra o comunismo o governo boliviano

O embaixador [Nestor Cevallos] Tovar, que iniciou suas palavras com uma saudação à imprensa, afirmou em seguida, que a nacionalização não era um ato contra o capitalismo. *'Ao contrário – acentuou – A Bolívia gostaria até que o Brasil, por exemplo, mandasse capitais para lá'*.

O novo representante boliviano declarou, ainda, que a liberdade de imprensa será garantida em seu país; haverá eleições para o novo Congresso, em princípios do ano próximo; a Corte Suprema de Justiça reconheceu como legal e, portanto, constitucional, a eleição do senhor Paz Estenssoro. *'O governo do meu país – afirmou – é completamente contra o comunismo (O Globo, Rio de Janeiro. 01/11/1952. p. 01 e 06)*.

A cobertura do jornal *O Estado de São Paulo* sobre o evento também destaca a nacionalização e os compromissos do governo boliviano em indenizações, ressalta ainda que em discurso aos povos americanos, Paz Estenssoro defende a estatização e salienta que

Durante meio século fomos vítimas da exploração impiedosa das empresas de mineração. A riqueza boliviana foi exportada para o estrangeiro (...). Os poderes públicos, o exército e a imprensa foram postos à serviço das empresas mineiras por meio do suborno e da intimidação. (...) A vitória de abril não teria sentido se não nacionalizássemos as minas. (*O Estado de São Paulo*, São Paulo. 01/11/1952. p. 01).

O jornal *Folha da Manhã* aponta que os operários das minas controlarão a produção mineral. A matéria publica a maior parte do decreto de nacionalização e insere o pronunciamento do ministro das Minas, Juan Lechín, importante líder mineiro que compunha os quadros do MNR:

Também falou o ministro das Minas, o sr. Juan Lechín que expressou que o sangue vertido no curso de muitos massacres, não derramou em vão, porque agora a Bolívia recobra o seu destino ao recobrar as suas riquezas. Acrescentou que, depois das nacionalizações das minas, o governo realizará a reforma agrária e adotará outras providências importantes” (*Folha da Manhã*, São Paulo. 01/11/1952. p. 06).

A cobertura do jornal *Correio da Manhã* destaca a inconstitucionalidade da medida de nacionalização a partir da visão dos empresários de estanho. Segundo a matéria, o presidente Victor Estenssoro proclamou seu discurso “*fustigando os proprietários das minas e os governos títeres que foram manejados por aqueles e deixaram o país à beira da bancarrota econômica, depois de desenvolverem uma política anti-humana e antiboliviana*” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02/11/1952. p. 01). Tal matéria dá especial atenção para a visão dos antigos proprietários das minas ora nacionalizadas e reflete ainda nas palavras do embaixador em Washington, que o governo estava fazendo esforços para não ser rotulado nem de “bolchevista”, nem de “fascista”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Nacional Boliviana de 1952 foi um dos eventos fundamentais na história do país andino no século XX. Diversas modificações estruturais foram implementadas pelo governo revolucionário, atendendo a pressões e demandas oriundas

de setores nacionalistas, operários e camponeses. A efetivação de medidas como a reforma agrária e o voto universal, que incluíam pela primeira vez na história da Bolívia, os descendentes dos povos indígenas, além da nacionalização das minas de estanho, podem ser considerados avanços, entretanto, fazem parte de um processo muito mais amplo de lutas, revoltas e instabilidade política, abrangendo a piora das condições econômicas, as péssimas condições de trabalho dos operários das minas de estanho e a democratização do Estado e do poder decisório.

A intenção desse texto foi observar os acontecimentos sociais, políticos e econômicos ocorridos na Bolívia em momentos de especial inquietação a partir do final da década de 1940 e nos primeiros anos da década de 1950 a partir das lentes da imprensa escrita brasileira e a repercussão de alguns eventos nas páginas de periódicos nacionais. Ao levantar na imprensa brasileira as repercussões de medidas tomadas pelo governo boliviano em assuntos econômicos, verificamos que a disputa pelo controle dos minerais estratégicos, as disputas eleitorais e viradas de mesa com a entrada em cena de setores militares golpeando a frágil democracia do país e ainda a disputa ideológica para a conformação de um bloco que deveria ser visto como “inimigos da nação”, “agitadores” e “subversivos”, chamados genericamente de “comunistas” e “revolucionários” (ainda que este último fosse empregado às forças de matriz nacionalista que se insurgiram contra o governo militar) pelos jornais pesquisados.

A cobertura midiática reforça a ideia de que setores ligados às mobilizações pregavam a instabilidade e a luta de classes devendo, portanto, serem evitados e mesmo expurgado da cena política. Tais debates foram percebidos em uma conjuntura de maior polarização estampada nas páginas das publicações como parte da disputa entre blocos hegemônicos e politicamente distintos que geravam tensões mundo afora. Assim, as medidas de cunho nacionalista tomadas pelos governos bolivianos antes e depois de 1952, algumas vezes eram identificadas a partir de aproximações com setores “perigosos” (na visão dos jornais) como o *peronismo* argentino e o comunismo internacional.

Não obstante, ao assumirem bandeiras muitas vezes empunhadas pelos setores progressistas, lideranças mais próximas do nacionalismo militar do que o programa saído das mobilizações operárias e camponesas, comprometeram-se com projetos que desagradariam parte de sua base de sustentação original, sofrendo assim críticas por parte da imprensa nacional. Matérias com as opiniões dos setores proprietários e seus vínculos internacionais tiveram espaço nas páginas dos periódicos de forma desigual com

aquelas vozes que defendiam as medidas tomadas pelo governo. Fica claro pelas reportagens que medidas que possam colocar sob controle de governos – mesmo aqueles que não representassem graves perigos para a manutenção da ordem – riquezas minerais nacionais, não eram bem aceitas pela imprensa e levariam o caos econômico para o cotidiano.

O caso da disputa acerca dos preços internacionais do estanho boliviano ilustra essa tomada de posição da imprensa nacional ao lado dos proprietários das minas e dos agentes internacionais do mercado desse produto. A conjuntura aberta pelos embates entre EUA e Bolívia em relação ao preço do mineral, tinha como pano de fundo o aumento de seu consumo derivado do apoio militar estadunidense na Guerra da Coreia. Com as flutuações decorrentes do conflito bélico, os preços do estanho a níveis internacionais sofreram aumentos consideráveis. Os governos bolivianos, mesmo sendo analisado em breve intervalo de tempo, tentaram fazer pressões mais ou menos eficientes nas negociações junto ao governo dos EUA, respondendo assim, aos interesses comerciais dos donos das minas de estanho na Bolívia. A nacionalização levada a cabo pelo governo do MNR em novembro de 1952, foi fruto da pressão exercida pelos setores dos trabalhadores mineiros organizados que, desde 1946, discutiam a relevância do controle estatal da principal riqueza do país. Os debates acerca das medidas de estatização aparecem nas páginas dos jornais, na maior parte das vezes, como medidas que prejudicariam o comércio do país. Ainda que houvesse muita polêmica acerca das indenizações a serem feitas pelo governo aos antigos proprietários, os jornais brasileiros veicularam mais opiniões que levantavam dúvidas em relação ao processo do que expressaram apoio.

As inquietações políticas na Bolívia abordadas ao longo do texto manifestam o viés ideológico da cobertura midiática ao assumir quase de maneira acrítica aquilo que é repassado pelas agências internacionais. O movimento pendular na orientação das notícias e as dificuldades de se caracterizar grupos revoltosos com maior precisão, validam aproximações ideológicas nem sempre válidas feitas pelos veículos noticiosos. Assim, elementos associados ao MNR foram reportados ora como “comunistas”, ora como “fascistas”, corroborando a ideia de uma compreensão equivocada acerca dos propósitos desse agrupamento, muito mais próximo de ideais nacionalistas do que de ideologias igualitárias ou ditatoriais e totalitárias. Poucos veículos, no entanto, dentre aqueles pesquisados, fizeram a correta caracterização dos militares que ascendem ao poder após 1951 como elementos que não acatam as regras constitucionais e preferem perpetrar um

golpe de estado a seguir as regras eleitorais e delegar o poder de escolha para o Parlamento.

Como visto ao longo do texto, ao pesquisarmos como a mídia impressa relatou momentos críticos para a sociedade boliviana, pretendemos trazer à tona momentos onde a atuação dos órgãos de imprensa com o intuito de levar informação aos seus leitores, reverbera concepções de mundo particulares das classes dominantes, legitimando assim suas perspectivas e seu projeto político como fatores universais e legítimos, não deixando que alternativas divergentes possam operar o discurso simbólico tão bem manejado por seus representantes nas empresas de comunicação.

REFERÊNCIAS

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1950 a 1952. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>. Acesso em: 15/10/2022.

Folha da Manhã. São Paulo, 1950 a 1952. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 20/09/2022.

O Estado de São Paulo. São Paulo, 1949 a 1952. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/>. Acesso em: 10/10/2022.

O Globo. Rio de Janeiro, 1949 a 1952. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 25/09/2022.

ANDRADE, E. D. O. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: UNESP, 2007.

AQUINO, M. A. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**. Bauru: Edusc, 1999.

BETHELL, L. **História da América Latina. 9, A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas**. Tradução Geraldo Gerson De Souza. São Paulo: Edusp, 2015.

BETHELL, L.; ROXBOROUGH, I. **A América Latina entre a segunda guerra mundial e a guerra fria**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARNEIRO, M. L. T.; KOSSOY, B. **A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)**. São Paulo: Ateliê/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2003.

DUNKERLEY, J. **Rebelión en las venas: la lucha política en Bolivia, 1952-1982**. La Paz: Vicepresidencia del Estado, Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, Bolivia, 2017.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

KLEIN, H. S. **História da Bolívia**. Tradução de Tania Quintaneiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

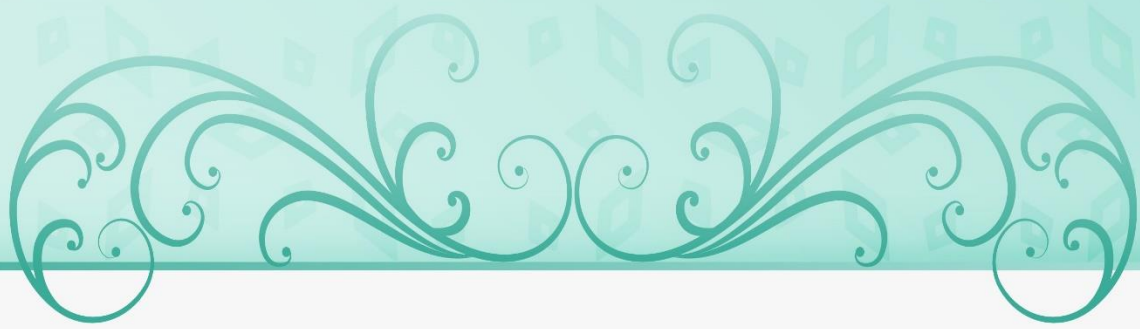
KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. 2^a. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

KUSHNIR, B. **Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LORA, G. **Historia del Movimiento Obrero Boliviano Tomo IV (1933-1952)**. La Paz: Los Amigos del Libro, [s.d.]

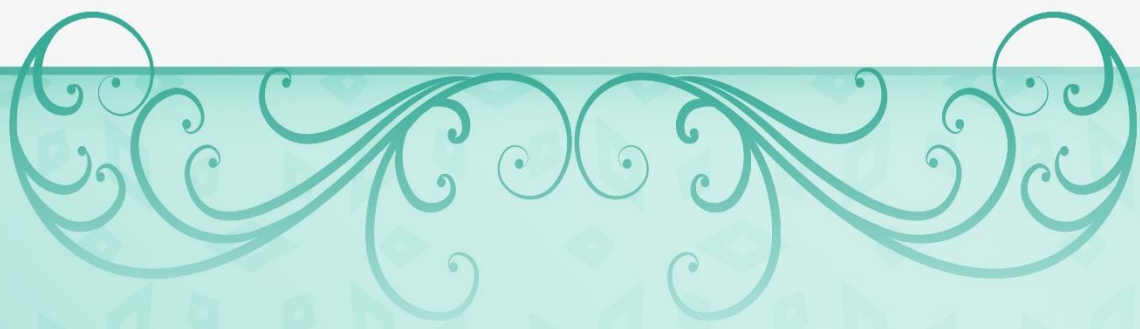
LUCA, T. R. D. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

STEINBERGER, M. B. **Discursos Geopolíticos da Mídia**. São Paulo: Cortez/EDUC/Fapesp, 2005.



Capítulo 2
***A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NO
CINEMA BRASILEIRO: ANÁLISE CRÍTICA
DOS FILMES “INDEPENDÊNCIA OU
MORTE”, “XICA DA SILVA” E “O AUTO DA
COMPADECIDA”***

*Alex Conceição Vasconcelos da Silva
Guilherme Esteves Galvão Lopes*





A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NO CINEMA BRASILEIRO: ANÁLISE CRÍTICA DOS FILMES “INDEPENDÊNCIA OU MORTE”, “XICA DA SILVA” E “O AUTO DA COMPADECIDA”

Alex Conceição Vasconcelos da Silva

Doutor em História Política (PPGH/UERJ), alexconceicao2004@gmail.com

Guilherme Esteves Galvão Lopes

*Doutor em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV), pesquisador do
LEPPEM/UFRRJ, guilhermegalvaolopes@gmail.com*

RESUMO

Afetada por mais de trezentos anos de escravização, a população afro-brasileira continuou sofrendo, mesmo após 1888, com estereótipos racistas e falsos conceitos científicos que visavam reforçar a sua condição de exclusão social e marginalização, que ganhavam repercussão nos meios de comunicação, inicialmente na imprensa escrita. Ao longo do século XX, entretanto, outras modalidades de mídia desenvolveram-se e popularizaram-se, como o cinema, o rádio e a televisão. Controlados, em grande parte, por membros da antiga elite monárquica, estes veículos de comunicação atendiam aos interesses de sua classe, repercutindo muitos de seus valores e de seu comportamento cotidiano, o que incluía a reprodução e banalização de preconceitos raciais contra os indígenas e as populações de origem africana, no âmago de conceitos etnocêntricos e higienistas. Neste artigo, nos ocuparemos em analisar, no âmbito do cinema brasileiro, a influência deste pensamento, mesmo que despropositadamente, na representação de elementos negros, protagonistas ou não, em três produções de grande repercussão, realizadas em diferentes contextos históricos e apresentando propostas distintas: o épico *Independência ou Morte* (1972) e a comédia dramática *Xica da Silva* (1976), ainda sob a Ditadura Militar (1964-1985), juntamente com a comédia *O Auto da Compadecida* (2000), quando o Brasil já havia consolidado sua democracia. Por conseguinte, empregaremos conceitos como colonialidade, decolonialidade, etnocentrismo e raça no desenvolvimento de nossa análise.

Palavras-chave: Brasil. Cinema. Negros. Racismo.

ABSTRACT

Affected by more than three hundred years of slavery, the Afro-Brazilian population continued to suffer, even after 1888, from racist stereotypes and false scientific concepts that aimed to reinforce their condition of social exclusion and marginalization, which gained repercussion in the media, initially in written press. Throughout the 20th century, however, other forms of media developed and became popular, such as cinema, radio and television. Controlled, to a large extent, by members of the former monarchical elite, these communication vehicles served the interests of their class, reflecting many of their values and everyday behavior, which included the reproduction and trivialization of racial prejudices against indigenous people and populations of African origin, at the heart of ethnocentric and hygienist concepts. In this article, we will analyze, within the scope of Brazilian cinema, the influence of this thought, even if unreasonably, on the representation of black elements, protagonists or not, in three productions of great repercussion, made in different historical contexts and presenting different proposals: the epic *Independência ou Morte* (1972) and the dramatic comedy *Xica da Silva* (1976), still under the Military Dictatorship (1964-1985), together with the comedy *O Auto da Compadecida* (2000), when Brazil had already consolidated democracy. Therefore, we will employ concepts such as coloniality, decoloniality, ethnocentrism and race in developing our analysis.

Keywords: Blacks. Brazil. Cinema. Racism.

INTRODUÇÃO

Desde o surgimento do cinema, em fins do século XIX, e de seu desenvolvimento ao longo do século XX, diferentes fatos históricos têm sido retratados em suas telas, seja na forma de documentários, dramas ou filmes épicos, buscando se aproximar da realidade, em maior ou menor grau, de acordo com o interesse da indústria cinematográfica e do apelo popular sobre determinadas temáticas.

Desta forma, fica evidente que a preocupação, muitas vezes, não é com a reprodução fiel dos fatos, mas com uma narrativa que seja comercialmente atrativa e financeiramente rentável:

Não é possível ignorar o impacto causado pela criação e difusão do cinema e outros meios de comunicação de massa na sociedade do século XX. Como objeto industrial, essencialmente, reproduzível e destinado às massas, o cinema revolucionou o sistema da arte, da produção à difusão. Entre as mudanças ocorridas na sociedade nas primeiras décadas deste

século, o historiador inglês Eric Hobsbawm inclui o surgimento das artes de massa em detrimento das artes de elite, e destaca o cinema, que iria influir decisivamente na “maneira como as pessoas percebem e estruturam o mundo”.

A questão central que se coloca para o historiador que quer trabalhar com a imagem cinematográfica diz respeito exatamente a este ponto: o que a imagem reflete? Ela é a expressão da realidade ou é uma representação? Qual o grau possível de manipulação da imagem? Por ora, essas perguntas já nos são úteis para indicar a particularidade e a complexidade desse objeto, que hoje começam a ser reconhecidas (KORNIS, 1992, p. 237-250).

A respeito da veracidade, manipulação de versões e criação ou reprodução de estereótipos em filmes históricos, o historiador Johnni Langer elaborou uma metodologia, composto pelas seguintes etapas: definição do objeto e tema de pesquisa; seleção do filme; crítica externa do filme; crítica interna do filme; e comparação e análise de conteúdos (LANGER, 2004).

De acordo com Langer, “o cinema dissemina os referenciais populares sobre História com muito mais rapidez e eficácia que qualquer historiador”, refletindo-se diretamente no ensino, “visto a grande utilização do recurso por parte dos professores”. Para ele, “conseguir analisar produções cinematográficas, desconstituir seus estereótipos e criar um referencial crítico nos estudantes é uma meta importante para qualquer educador” (LANGER, 2004, p. 9-10).

Especificamente em relação ao contexto brasileiro, Jean-Claude Bernardet e Alcides Freire Ramos abordaram a natureza de nossa produção cinematográfica, que entre as décadas de 1910 e 1970 não experimentaram “nenhum outro momento de intensa produção de filmes históricos, embora o gênero se manifestasse esporadicamente”, onde a história se baseava em “atos e figuras “heroicas”, comumente apresentando uma história feita pela classe dominante, entrando o povo com um ornamento” ou, em último caso, “para provar que a classe dominante sempre foi bondosa e voltada para os interesses populares” (BERNARDET; RAMOS, 2017, p. 7-8).

Neste contexto, consideramos fundamental a análise da representação dos negros no cinema brasileiro, por uma motivação imprescindível: trazidos à força do continente africano a partir do século XVI, dentro do “sentido da colonização” de Caio Prado Junior, eles serviram de base para um sistema colonial de *plantation* que possuía a mão-de-obra escravizada como força motriz.

Posteriormente, com o declínio da indústria canavieira, os negros foram deslocados para as áreas de extração de ouro e diamantes de Minas Gerais, especialmente

no século XVIII. Por fim, a escravidão foi também a base do ciclo econômico cafeeiro, sobretudo no interior mineiro e nos Vales do Paraíba paulista e fluminense, a partir do século XIX. Ressaltamos também a utilização de mão-de-obra escravizada nas lavouras de cacau, laranja e algodão, além de sua presença na pecuária e nos serviços domésticos, sobretudo no caso das mulheres.

O processo que acarretou na extinção do regime escravocrata, em 1888, durou quase todo o século XIX, com a proibição do tráfico e o estabelecimento de leis como a dos Sexagenários e do Ventre Livre. Com o fim da escravidão, enormes contingentes de afro-brasileiros foram despejados de fazendas e residências, sem qualquer tipo de indenização, reparação ou auxílio por parte de seus antigos senhores ou do Estado imperial.

As poucas iniciativas neste sentido não prosperaram, como a proposta de Joaquim Nabuco, em 1880, que obrigava que os antigos proprietários oferecessem alfabetização e aulas sobre “os princípios de moralidade aos escravos”. Outra ideia, defendida por “abolicionistas radicais”, era “a extensão da educação a todas as classes, a participação política em massa e uma ampliação de oportunidades econômicas para milhões de negros e mulatos”, juntamente com outros setores menos privilegiados da sociedade, permitindo “que estes grupos assumissem um lugar de igualdade numa nação mais homogênea e próspera”.

Entretanto, a rejeição destas propostas apenas corroborou a tese de que a campanha abolicionista movida pela elite econômica – branca – nos anos 1880 “estava longe de ser um humanitarismo solidário aos negros, ou a busca de reformas sociais democratizantes” (MARINGONI, 2011, p. 34-42).

Desta forma, o racismo institucional e estrutural brasileiro não criou condições para que as populações negras fossem aproveitadas como força de trabalho livre, restando à enorme parcela de ex-escravizados e seus descendentes a luta pela sobrevivência em bolsões de pobreza, rurais e urbanos, dando origem, por exemplo, às favelas nos morros cariocas, capital do agonizante regime monárquico e da República até 1960.

Marginalizados por mais de 300 anos de escravidão, baseada inclusive em suposta superioridade ratificada por teorias raciais pseudocientíficas, os negros e mestiços sofrem, desde então, com estereótipos em relação à sua identidade e personalidade. A partir de 1888, “somaram-se à população pobre e formaram os indesejados dos novos tempos, os deserdados da República”, que viu “o aumento dos número de desocupados,

trabalhadores temporários, lumpens, mendigos e crianças abandonadas nas ruas” redundar “em aumento da violência” (MARINGONI, 2011, p. 42).

Diante deste quadro, conforme formulou Jessé Souza, é necessário, “para criticar o Brasil de hoje e compreender o que está em jogo na política como forma de dominação econômica e simbólica”, “reconstruir uma totalidade alternativa que desconstrua o culturalismo racista conservador e reconstrua a sociedade brasileira em um sentido novo e crítico”, visando “desconstruir o trabalho de manipulação simbólica em favor da elite do atraso entre nós e esclarecer por que ele foi tão bem-sucedido” (SOUZA, 2019, p. 39).

Portanto, fundamentados nestas premissas, nosso objetivo é analisar a narrativa histórica e as representações simbólicas do negro no cinema brasileiro, em três filmes distintos: *Independência ou Morte* (1972), *Xica da Silva* (1976) e *O Auto da Compadecida* (2000), comparando-as com as visões de pesquisadores e acadêmicos na atualidade, compreendendo para isso os contextos políticos, períodos históricos, fontes de financiamento, dentre outras questões.

O NEGRO COMO COADJUVANTE: INDEPENDÊNCIA OU MORTE (1972)

Lançado em 1972, o filme *Independência ou Morte*, produzido por Oswaldo Massaini e dirigido por Carlos Coimbra, é considerado um marco do cinema nacional. Foi o filme brasileiro de maior bilheteria no ano de seu lançamento, levando quase três milhões de espectadores aos cinemas de todo o país, superando sucessos como *O Poderoso Chefão* (*The Godfather*), de Francis Ford Coppola (BALDISSERA, 2023, p. 159).

Possuindo locações em locais de interesse histórico como o Paço Imperial, a Quinta da Boa Vista e o Jardim Botânico, o filme contou com um grande elenco composto pelos principais artistas brasileiros daquela década, como Dionísio Azevedo, Emiliano Queiroz, Heloísa Helena, Maria Claudia, Manoel da Nóbrega, Carlos Imperial, Anselmo Duarte, José Lewgoy, Rodolfo Arena e Clóvis Bornay, com destaque para o casal Tarcísio Meira e Glória Menezes, intérpretes de Dom Pedro I e da Marquesa de Santos¹.

Sua produção ficou por responsabilidade da Cinedistri, de propriedade de Massaini, no contexto das comemorações do sesquicentenário da declaração de independência do Brasil. Contou com “financiamento parcial” da Empresa Brasileira de

¹ IMDb. *Independência ou Morte* (1972). Full cast & crew. Disponível em <<https://www.imdb.com/title/tt0184610/fullcredits>>. Acesso em: 09 out. 2023.

Filmes S. A. (Embrafilme), estatal brasileira de produção e distribuição de filmes nacionais, conforme consta em seus créditos.

O contexto da produção de Massaini e Coimbra era o da ditadura militar instaurada com o golpe de abril de 1964, sendo a presidência da República, no período de produção e lançamento do filme, comandada pelo general Emílio Garrastazu Médici, considerado o mais arbitrário e autoritário dos generais-presidentes que comandaram o Brasil até 1985 (DROSDOFF, 1986).

O regime promoveu o resgate de figuras históricas, como Tiradentes, Duque de Caxias e Dom Pedro I, com o objetivo de buscar legitimidade nos possíveis vínculos com personagens e fatos guardados no imaginário popular pois, de acordo com Aline Carvalho, “o herói é evocado em situações de perigo, quando há necessidade de legitimação de poder” (CARVALHO, 2006, p. 11).

O resgate dos heróis nacionais por parte de um governo autoritário é apontado não apenas como uma tentativa de apropriação e legitimação, mas como uma disputa pelas narrativas envolvendo as biografias dos personagens históricos, como aponta o historiador Carlos Eduardo Pinto de Pinto: apesar de não ter sido realizado pelo governo brasileiro, a obra recebeu financiamento público. Desta forma, “sem dúvida se pode afirmar que *Independência ou Morte* apresenta a visão oficial” da narrativa histórica sobre a Independência do Brasil (PINTO, 2002, p. 53).

O filme apresenta, em seu recorte temporal, os fatos que se sucederam a partir do retorno de D. João VI para Portugal, em 1821, quando o príncipe D. Pedro foi empossado como regente do Brasil, até a sua abdicação em 1831, em favor de seu filho D. Pedro II, partindo para Portugal em seguida. O longa apresenta também *flashes* da infância do imperador, nascido em 1798 e chegado ao Brasil em 1808, juntamente com toda a família real e a nobreza portuguesa.

D. João VI², interpretado pelo ator e comediante Manoel da Nóbrega, é representado caricaturalmente, sempre comendo frangos distraidamente e mostrando-se hesitante diante das pressões de sua consorte Carlota Joaquina, interpretada pela atriz Heloísa Helena como uma mulher manipuladora, centralizadora e de caráter duvidoso, manifestando a todo o momento seu desprezo e ódio pelo Brasil, sendo atribuída a ela a

² Denominado “O Clemente”, viveu entre 1767 e 1826, governando de 1816 até sua morte.

frase “vou bater os meus sapatos quando entrar no navio para não levar nenhum grão de areia desta terra maldita”.

Dom Pedro³ é retratado como um homem mulherengo, beberrão e irresponsável, e seu par romântico, a Marquesa de Santos, é visivelmente melindrada, manipuladora e escandalizadora, apesar de deslumbrada com o ambiente da Corte. Notadamente, o reforço de estereótipos e a atuação de atores populares em novelas e filmes daquela época possuía o objetivo de atingir bons desempenhos de renda e bilheteria.

Seu principal antagonista é o ministro José Bonifácio, vivido por Dionísio Azevedo: extremamente moralista, mal-humorado, solitário e rodeado de plantas, o “Patriarca da Independência” é frequentemente boicotado e sabotado, chegando ao extremo de ser exonerado, preso e exilado. Entretanto, como “homem cordial”, aceita o convite de D. Pedro I para ser o tutor de D. Pedro II, então com cinco anos de idade, quando ocorreu a abdicação de seu pai.

Para Langer, é notório que produções brasileiras tenham manifestado ideologias políticas, principalmente na ditadura, e filmes como “*Independência ou morte!*, *Os inconfidentes*, *Anchieta*, perpetuaram diversos estereótipos criados durante o Oitocentos e que foram popularizados com a literatura do início do século XX” (LANGER, 2004, p. 6). Desta forma, compreendemos que a proposta do filme de Massaini e Coimbra, mesmo que de forma despropositada e inconsciente, é corroborar a narrativa oficial sobre a Independência do Brasil.

No filme, o povo é apenas uma questão retórica. Nobres e militares – os heróis da História – apropriam-se e usurpam de sua representatividade, defendendo e impondo seus interesses particulares. A todo o momento, os negros escravizados são retratados em poses solenes, quando não sorridentes e solícitos, mesmo em sua condição social. Em suas andanças pela cidade do Rio de Janeiro, D. Pedro é saudado, ovacionado, cumprimentado por nobres, negros e homens livres, sempre felizes e festejando pelas ruas. A ideia de “democracia racial”, conceituada por Gilberto Freyre, encontra-se presente em todo o filme (FREYRE, 2012).

Imagem 1 – Negra de tabuleiro reverenciando D. Pedro, em “Independência ou morte”

³ Imperador do Brasil entre 1822 e 1831, nasceu em 1798 e faleceu em Portugal em 1834, aos 35 anos.



Fonte: YOUTUBE. *Filme Independência ou Morte 1972 HD 720p*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=sYM9RIp-IPA>>. Acesso em: 09 out. 2023.

Na pose clássica de herói, D. Pedro I aparece à frente de seus soldados, como em 1822 no episódio do grito de Independência, em São Paulo, e no teatro de guerra na província Cisplatina – onde nunca esteve – no ano de 1826. Raoul Girardet, ao descrever os principais mitos políticos, destaca a figura do herói, impregnada de simbolismos e verdades que podem variar “conforme ele é chamado a enfrentar um perigo externo, a conjurar uma crise econômica ou a prevenir riscos de uma guerra civil” (GIRARDET, 1987, p. 82).

No campo das conspirações políticas e disputas por poder e influência, duas instituições entram em choque: de um lado, a Igreja Católica Apostólica Romana, religião oficial do Estado brasileiro. Do outro, a Maçonaria, sociedade discreta que teve José Bonifácio como seu primeiro grão-mestre, em 1822, sendo sucedido pelo próprio D. Pedro I, no mesmo ano. Bonifácio voltaria a chefiar a maçonaria brasileira, na figura do Grande Oriente Brasileiro, entre 1831 e 1837⁴.

Compreendemos, portanto, a importância de uma perspectiva decolonial em relação ao tema. Diversos pesquisadores brasileiros têm se ocupado do tema, e no campo do ensino de História, destacamos a contribuição de Nilton Mullet Pereira e Elison Antônio Paim sobre o tema. Em seu artigo *Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuições do pensamento decolonial*, o objetivo é analisar o conceito de “colonialidade do poder”, de Anibal Quijano, que busca “problematizar a matriz eurocêntrica que constitui o nosso modo de pensar a temporalidade histórica e redefinir a maneira como

⁴ GRANDE ORIENTE DO BRASIL – RIO DE JANEIRO. *História resumida da Maçonaria*. Disponível em <<https://gob-rj.org.br/portal/historia-resumida-da-maconaria>>. Acesso em: 16 out. 2023.

inserimos [...] uma abertura a novas temporalidades”, diante da existência da colonialidade do tempo e do poder, abrindo espaço para “maneiras diversas de pensar e experienciar o tempo” (PEREIRA; PAIM, 2018, p. 66).

Entretanto, antes de prosseguirmos, é necessário definir os conceitos de colonialismo e colonialidade:

O primeiro é um evento histórico que ocorreu nos séculos XV e XVI, quando países europeus como Espanha, Portugal, Inglaterra e França realizaram um movimento de expansão através do Atlântico, conquistando e submetendo os povos da América num processo de colonização. O colonialismo é, portanto, datado especificamente na época moderna e teve seu fim no momento dos processos de independência dos povos latino-americanos nos séculos XVIII e XIX. Trata-se de um acontecimento histórico que se situa na origem da colonialidade e inaugura a modernidade europeia. Já a colonialidade consiste no que Quijano chama de “novo padrão de poder mundial”, que se inicia com o colonialismo, mas se estende aos dias de hoje, na forma de uma construção de poder que se dá em escala mundial e que tem como característica principal realizar uma hierarquia dos povos com base na categoria de raça (PEREIRA; PAIM, 2018, p. 66).

Desta forma, compreendemos o sentido de colonialidade presente no filme *Independência ou Morte* a partir do protagonismo dos heróis, essencialmente homens de origem europeia, no processo de Independência do Brasil, relegando a grande massa de negros escravizados e cidadãos livres, mas pobres, à condição de passividade, sendo meros coadjuvantes.

No discurso oficial, D. Pedro I declarou a independência do Brasil por sugestão de seu pai, D. João VI: “Pedro, põe a coroa na tua cabeça antes que algum aventureiro lance mão dela”⁵. Naquele contexto, havia o grande temor do chamado haitianismo, que denotava “o medo dos proprietários e da população branca em geral com relação a uma possível repetição em solo nacional de uma revolução bem-sucedida da população negra e escravizada”, conforme a que ocorreu entre 1791 e 1804 no Haiti, ex-colônia francesa (SÁ, 2016, p. 2).

No caso do Brasil, o receio era que houvesse uma revolta de caráter popular, comandada por escravos e homens do povo, com o risco iminente de eliminação da nobreza, fim dos privilégios raciais e a instituição de um governo de caráter republicano, abolindo também a monarquia. Ao declarar a Independência, mesmo na condição de

⁵ O GLOBO. *A Independência e o idioma*. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/opiniao/a-independencia-o-idioma-13897201#ixzz5sTGebRw3>>. Acesso em: 01 set. 2023.

príncipe regente e herdeiro do trono português, D. Pedro I garantiu a hereditariedade do poder e manutenção do regime monárquico, na contramão de seus vizinhos sul-americanos, quase todos tornados repúblicas.

De igual forma, os outros participantes no processo de independência do Brasil e nos acontecimentos políticos posteriores, como José Bonifácio, Francisco Gomes da Silva (Chalaça, “alcoviteiro” de D. Pedro), Marques de Paranaguá, Conde dos Arcos, Clemente Pereira, Martim Francisco e Gonçalves Ledo possuíam o mesmo perfil dos “heróis” que mencionamos anteriormente e foram assim retratados no filme, reforçando seu sentido de colonialidade.

O NEGRO COMO CARICATURA E OBJETO SEXUAL: *XICA DA SILVA* (1976)

Lançado em 1976, *Xica da Silva* é um filme brasileiro do gênero comédia, dirigido por Cacá Diegues, produzido pela Embrafilme. É baseado no livro de mesmo nome do escritor João Felício dos Santos, que escreveu também outros épicos sobre a história do Brasil, como *Ganga Zumba* (1962) e *Carlota Joaquina, a Rainha Devassa* (1968), sendo aquele premiado pela Academia Brasileira de Letras (ABL)⁶.

O filme busca retratar a biografia de Francisca da Silva de Oliveira, a Xica (ou Chica) da Silva, nascida no município de Serro (MG), por volta de 1732, e falecida em 1796. Negra, Francisca nasceu na condição de cativa, sendo posteriormente alforriada. Viveu a maior parte da sua vida no Arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina, à época pertencente ao Serro.

Ganhou notoriedade pelo relacionamento que manteve com João Fernandes de Oliveira (1721-1779), contratador de diamantes em Minas Gerais por concessão da Coroa portuguesa. Herdeiro de uma família abastada, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, sendo também consagrado Cavaleiro da Ordem de Cristo por D. João V, o Magnânimo, Rei de Portugal⁷.

Após ser nomeado desembargador do Paço pelo Rei D. José I, O Reformador⁸, em 1752, mudou-se, no ano seguinte, para o Arraial do Tijuco, para assumir as funções

⁶ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ato pelo centenário de João Felício dos Santos*. Disponível em <<http://www.abi.org.br/ato-pelo-centenario-de-joao-felicio-dos-santos>>. Acesso em: 12 set. 2023.

⁷ João Francisco Antônio José Bento Bernardo (1689-1750) governou Portugal entre 1706 e 1750.

⁸ José Francisco Antônio Inácio Norberto Agostinho (1714-1777) sucedeu D. João V, reinando entre 1750 e 1777.

relacionadas à exploração de diamantes na região. Mesmo casado, assumiu uma união estável com Francisca da Silva, com quem teve 13 filhos, todos registrados por João Fernandes, atitude incomum em uma relação de concubinato.

O relacionamento escandalizou a sociedade da época, principalmente pela cor e origem social de Francisca. Além disso, foram notórias as suas extravagâncias, quase todas atendidas por João Fernandes, como a construção da Igreja Nossa Senhora do Carmo, projetada e construída de acordo com seus desejos, assim como o sítio dotado de um lago artificial, onde eram realizados passeios de barco.

Em 1770, o secretário de Estado português Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal⁹, não renovou a concessão para a exploração de diamantes, forçando o retorno de João Fernandes a Portugal, levando consigo seus quatro filhos. As filhas permaneceram no Tijuco, sob os cuidados da mãe. Ele faleceu em Lisboa, no ano de 1779.

No filme de Cacá Diegues, Xica da Silva foi retratada pela atriz Zezé Motta, cabendo ao ator Walmor Chagas o papel de João Fernandes. Nele, Xica da Silva é retratada, inicialmente, como uma maliciosa escrava que satisfazia sexualmente seu dono, o Sargento-Mor, e seu filho José, interpretados respectivamente por Rodolfo Arena e Stepan Nercessian, no intuito de manipulá-los.

Imagem 2 – Pôster do filme “Xica da Silva”



Fonte: UFBA. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO. *Xica da Silva em cópia restaurada será exibido nesta terça (18/11)*. Disponível em <<https://proext.ufba.br/xica-da-silva-em-copia-restaurada-sera-exibido-nesta-terca-1811>>. Acesso em: 09 out. 2023.

Ao presenciar a recepção a João Fernandes no Tijuco, Xica se utiliza de todos os artifícios possíveis – sobretudo os sexuais – para chamar sua atenção, escandalizando membros da elite local, como o Intendente, papel de Altair Lima, e sua esposa Hortência,

⁹ Viveu entre 1699 e 1782. Foi secretário de Estado durante o reinado de D. José I (1750-1777).

interpretada por Elke Maravilha. O contratador constrói para ela uma suntuosa residência, onde são constantes as orgias entre os criados, juntamente com as misteriosas práticas sexuais de Xica e João Fernandes.

Em paralelo, ocorrem embates políticos do contratador com a elite local, retratada como invejosa de sua relação livre com Xica da Silva e bajuladora de seu *status*, procurando assim obter benesses e privilégios. Quando há oportunidade, seus membros procuram prejudicar João Fernandes, como é o caso da perseguição aos negros fugitivos, acoitados por Xica da Silva com a ciência do contratador, além das disputas envolvendo o Conde de Valadares, representado por José Wilker.

Por fim, João Fernandes retorna a Portugal, e sua companheira permanece no Arraial do Tijuco, acobertando quilombolas e dissidentes de Portugal, como é o caso de José, filho de seu antigo proprietário, o Sargento-mor, envolvido com movimentos separatistas, e continuando também com suas estranhas e misteriosas práticas sexuais.

O caso de Xica da Silva incorre em duas questões importantes acerca do estereótipo sobre o negro, sobretudo a mulher negra: a primeira delas incorre na sua erotização e objetificação sexual, e a segunda, em sua representação caricata, enquanto um arremedo de homem ou mulher brancos.

Sobre a primeira, ressaltamos a herança cultural de cunho patriarcal no Brasil, trazendo a contribuição das sociólogas Alessandra Sampaio Chacham e Mônica Bara Maia, mencionando a obra de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala*:

Na Colônia, todo o poder emanava do patriarca, que organizava a ordem social em uma região geograficamente imensa, sem aparato coercitivo e dependente de trabalho escravo. No modelo clássico da família patriarcal, unidade social dominante, havia um núcleo (patriarca, esposa e filhos legítimos) e sua periferia (concubinas, amantes, filhos ilegítimos, escravos, amigos, clientes etc.). Esse modelo, segundo Freyre, gera o duplo de moralidade para homens e mulheres brasileiros, resultando em extrema diferenciação entre os sexos, sendo que o homem é superior, forte, viril e ativo, e a mulher é inferior, fraca, bela, desejável e sujeita à dominação do patriarca. Esse modelo dá ao “homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda santa noite que ele estiver disposto a procriar” (Freyre, Apud Parker, 1991:58) (CHACHAM, 2004, p. 7-8).

Para Marisa Bernardi, “a estrutura econômica e padrões sociais da época colonial baseava-se na dominação dos senhores latifundiários sobre o restante da população brasileira, especialmente sobre a mulher” (BERNARDI, 2013, p. 6). Neste contexto, a

imagem acerca da mulher brasileira foi constituída a partir de uma ótica masculina, notoriamente deturpada, conforme nos relata Ronaldo Vainfas:

O perfil das mulheres que habitavam o Brasil colonial, manteve-se prisioneiro, por várias décadas, de um sem-número, de imagens, parte delas verossímil, outra parte estereotipada. Com isso várias mulheres povoam as páginas de Casa-Grande e Senzala, da mulher submissa e aterrorizada com o castigo masculino até a mulher fogosa, sempre pronta a dar prazeres aos machos, a requebrar-se dengosa, pelas ruas desalinhadas das vilas coloniais, a seduzir com doçura nos caminhos, à beira do rio, à sombra de uma árvore ou no meio do mato (VAINFAS, 2008, p. 115).

Devido à sua condição de escravidão, a vulnerabilidade da mulher negra era potencializada em relação à branca, estando totalmente sujeita aos abusos, especialmente os sexuais, por parte de seus senhores. Neste contexto, Vainfas identifica equívocos na interpretação de Freyre, que considerava a ausência de preconceito racial dos colonizadores pelo fato de eles “se sentiram sexualmente atraídos por índias, negras e mulatas” (VAINFAS, 1986, p. 51).

É daí que surge a ideia da mulata, “sensual”, “fácil”, “disponível”, sempre apta a satisfazer as necessidades sexuais de seus senhores, dentro da interpretação de Gilberto Freyre acerca do comportamento sexual da Colônia: “branca para casar, mulata para foder e negra para trabalhar”.

Para Lélia González, a imagem da negra brasileira sempre esteve atrelada aos estereótipos de servilismo, seja doméstico/braçal, seja sexual, em que “a profissão de “mulata” é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de “mercado de trabalho” [...] produto de exportação” (GONZALES, 1979, p. 13).

O segundo aspecto que ressaltamos é a representação caricatural e estereotipada do negro em geral. Kabengele Munanga analisa a construção do conceito de raça, e uma de suas análises tem relação com a classificação racial criada pelo naturalista sueco Carl Von Linné (ou Lineu)¹⁰, segundo a qual o africano é “negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados”, Por sua vez, o europeu é “branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas”. Ou seja: o negro é

¹⁰ Considerado o “pai da taxonomia moderna”, viveu entre 1707-1778.

descrito por sua “sexualidade, nudez, feiura, preguiça e indolência” (MUNANGA, 2004, p. 25-26/30).

Segundo Julianna Rosa de Souza, “a referência imagética do negro era criada a partir de um discurso do negro preguiçoso, aquele que não quer trabalhar ou trabalhar pouco ou, ainda, da hipersexualização dos corpos”, destacando a virilidade do homem negro e a sedução da mulher negra (SOUZA, 2017, p. 278).

A respeito do estigma de mau cidadão do negro brasileiro, marcado pela malandragem, prostituição e vadiagem, despreocupado, irresponsável e inconsequente, Hélio Santos nos traz importante contribuição:

Estigma é uma marca que assinala algo prejudicial ou infame. A presença do negro é denunciada pela cor. As dificuldades no mundo do trabalho ganham um sentido perverso para o ex-escravo após a abolição. De bom escravo, que por mais de três séculos sustentara a vida econômica do país, o negro salta para a posição de mau cidadão, agora não mais apto para bem cumprir obrigações. Assim, a vadiagem era o destino compulsório de muitos negros (...)

(...) É compreensível, portanto, em contextos tão adversos como esses que, em diversas ocasiões, a população negra tenha tido na prostituição e na criminalidade uma “saída” para as suas dificuldades. Daí a figura da prostituta ou da mulata gostosa, a qual é colocada sempre como disponível. Daí também a figura do meliante, do malandro e do folgado, sem ocupação. A estigmatização do negro o conecta diretamente àquilo que não é certo, correto ou bom (...) (SANTOS, 2001, p. 80).

Embora Xica da Silva seja retratada, em dado momento, como uma mulher que manipula os homens em seu favor, desfrutando de sua riqueza e influência inclusive para proteger outros negros escravizados, a forma como ela o faz, além de não corresponder fidedignamente à realidade, colabora para ratificar o estigma – mesmo que a proposta do filme, enquanto uma comédia, seja de alguma forma caricaturar a situação.

Portanto, podemos inferir que a forma como a mulher negra é retratado em Xica da Silva, reforça os estereótipos acima relacionados, contribuindo, para a banalização do racismo, potencializado pelo período de lançamento do filme: em 1976, o Brasil ainda estava sob o regime militar iniciado em 1964, contexto em que inúmeros movimentos sociais, incluindo o movimento negro, não possuíam condições para se organizar sem o temor de represálias por parte do aparelho repressivo do Estado.

O NEGRO COMO DIVINDADE: O AUTO DA COMPADECIDA (2000)

Baseado no livro homônimo do dramaturgo paraibano Ariano Suassuna¹¹, de 1955, *O Auto da Compadecida* foi dirigido por Guel Arraes e lançado comercialmente em setembro de 2000, produzido pela Globo Filmes. Naquele período, o Brasil experimentava um momento sociopolítico bem diverso dos filmes *Independência ou Morte* e *Xica da Silva*: a democracia estava em processo de amadurecimento, onde a sociedade civil gozava de liberdade de expressão e associação, com eleições diretas e livres, partidos políticos e movimentos sociais organizados.

O cinema brasileiro passava pela chamada “Retomada”, iniciada poucos anos antes, que buscou, a partir de incentivos por parte do Poder Público, aumentar a produção e a qualidade dos filmes nacionais, prejudicadas pela extinção da Embrafilme durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992). A partir de 1995, produções brasileiras como *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil* (1995), *O Quatrilho* (1995), *O que é isso, Companheiro?* (1996) e *Central do Brasil* (1998) obtiveram sucesso de audiência e crítica, inclusive internacionalmente.

Em *O Auto da Compadecida*, os protagonistas são Chicó e João Grilo, interpretados por Selton Mello e Matheus Nachtergaele, dois homens pobres da cidade de Taperoá, interior da Paraíba. Explorados na padaria de seus patrões, o sovina Eurico e sua cálida esposa Dora (Diogo Vilela e Denise Fraga), Chicó e João Grilo vivem de aplicar pequenos golpes, como é o caso do Testamento da Cachorra, tema principal do filme. Para possibilitar o enterro do animal de sua patroa, João Grilo inventa um testamento envolvendo o Padre João e o Bispo, representados por Rogério Cardoso e Lima Duarte.

Durante a invasão de Taperoá pelo bando do cangaceiro Severino de Aracaju (Marco Nanini), todos os personagens são mortos, com exceção de Chicó e João Grilo, que apresentam a ele uma suposta gaita mágica, que possibilitaria seu retorno à vida, logo após ser morto propositalmente para encontrar-se com Padre Cícero no céu. O cangaceiro aceitou o desafio, e quando um de seus capangas, o Cabra (Enrique Diaz), tocou a gaita e não viu seu chefe voltando à vida, decidiu matar João Grilo ao constatar a trapaça.

No julgamento final, depararam-se com o Diabo (Luís Melo), que os acusa de todos os seus pecados, diante de um Jesus Cristo negro, Emanuel, interpretado por Maurício

¹¹ Ariano Vilar Suassuna (1927-2014), apesar de paraibano, era radicado em Pernambuco desde a década de 1940.

Gonçalves. O fato de Jesus ser negro surpreende a todos, motivando uma pequena zombaria de João Grilo, cujo racismo é logo rechaçado pelo próprio Cristo. Para auxiliar em sua defesa, João Grilo invoca a presença de Nossa Senhora, a Compadecida, vivida por Fernanda Montenegro.

Todos obtêm uma sentença justa, pois alcançam o perdão dos seus pecados, com o envio de todos para o purgatório, à exceção do cangaceiro Severino, enviado para o céu, e João Grilo, que retorna à Terra. Na sequência, João Grilo busca casar Chicó com Rosinha (Virgínia Cavendish), filha do rico fazendeiro Major Antônio Moraes (Paulo Goulart), objetivando um possível benefício financeiro, o que acaba não ocorrendo. Por fim, Rosinha é deserdada por se casar com Chicó, e os três fogem da cidade.

Imagem 3 – Jesus no julgamento final, em “O auto da Compadecida”



Fonte: O POVO. Imagem e (des)semelhança: representações de Jesus Cristo nas artes. Disponível em <<https://mais.opovo.com.br/jornal/vidaearte/2021/04/04/imagem-e-des-semelhanca-representacoes-de-jesus-cristo-nas-artes.html>>. Acesso em: 09 out. 2023.

No caso de *O Auto da Compadecida*, apesar de não figurar como protagonista, Jesus Cristo é interpretado por um ator negro. Em um dos diálogos, Emanuel, um de seus nomes, afirma que assume diferentes formas, e no caso dos pecadores de Taperoá, procura chocá-los com um elemento não tradicional, visto que as representações corriqueiras de Cristo são de caráter eurocêntrico, assim como ocorre no início do filme, quando há a projeção de um filme da Paixão de Cristo em que o ator que o representa é branco.

Sobre o tema, o teólogo norte-americano Peter Theodore Nash aborda os equívocos históricos na representação de Jesus Cristo, pois o povo bíblico possuía origens afro-asiáticas ou cuxito-semíticas. Conseqüentemente, “na linguagem, na cultura, no comércio e na política, este povo se situa com os africanos e os babilônios e assírios”, “povos negros e marrons”. Desta forma, “qualquer pessoa israelita ou judia, na época bíblica, podia ser negra ou morena” (NASH, 2000, p. 4-5).

Diante de tais informações, compreendemos a representação de Cristo enquanto um homem branco, loiro, de olhos azuis, em contradição com a sua origem, um elemento considerável da influência do etnocentrismo europeu no cristianismo, onde determinado grupo é “tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência”, misturando-se elementos intelectuais e racionais aos emocionais e afetivos (ROCHA, 2017, p. 4-5).

A partir da compreensão do etnocentrismo, entendemos o eurocentrismo presente no cristianismo ocidental como um dos frutos de sua institucionalização, que ocorreu a partir da conversão do imperador Constantino¹², tornando-se religião oficial do Império Romano por iniciativa de Teodósio I, o Grande¹³, no ano de 380.

A ideia de Ariano Suassuna, seguida por Guel Arraes em seu filme, provoca impacto no leitor e no telespectador, rompendo com o racismo estrutural das sociedades americanas, fruto de um modo de produção escravocrata e excludente dos afrodescendentes:

Ariano queria entender mais desse Brasil. Ele, que criou um Cristo negro no Auto da Compadecida, em 1955, chegou à conclusão que “olhava a história americana” e que a “figura de Manuel”, imagem popular de Cristo na peça, foi resultado de indignação após ter visto na revista Life fotografia de campanha norte-americana em que se discutia a imposição de crianças negras em escolas brancas. A peça e a imagem do negro tinham ganhado vida. A consciência mais crítica com relação às questões raciais no Brasil foi burilada um pouco antes de Ariano ir aos encontros do Movimento Negro, conta-se¹⁴.

A concepção de Ariano e Arraes, portanto, é revolucionária na literatura e no cinema nacional, contribuindo para reflexões que superam a questão religiosa, abrangendo também a representação e a função do negro na sociedade brasileira, onde, corriqueiramente, é retratado como caricato, malandro, preguiçoso – a exemplo de Macunaíma, ignorante ou serviçal:

Não posso deixar de me perguntar como seriam nossa igreja e nossa sociedade se aceitássemos que Jesus era negro; o que aconteceria se enfrentássemos a realidade, que não é outra senão a de um corpo negro pregado na cruz, abatido, torturado e executado publicamente por um regime opressor.

¹² Nascido na atual Sérvia, viveu entre 272 e 337, reinando a partir de 306 até sua morte.

¹³ Nascido Flávio Teodósio, na atual Espanha, em 347, foi imperador entre 378 e 395, quando faleceu.

¹⁴ UAI. *Diversidade racial sempre marcou obra de Ariano Suassuna*. Disponível em <<https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2014/07/24/noticia-e-mais.157614/diversidade-racial-sempre-marcou-obra-de-ariano-suassuna.shtml>>. Acesso: 12 set. 2023.

Talvez nossa atitude mudasse se compreendêssemos que a injusta prisão, abuso e execução às quais o Jesus histórico foi submetido têm mais a ver com as experiências dos indígenas ou dos refugiados do que com aqueles que detêm o poder da igreja e que se apropriaram da imagem de Cristo. Pode parecer radical, mas não paro de pensar sobre o que poderia mudar se fôssemos conscientes de que a pessoa chamada de Deus pelos cristãos não era branca, mas que o salvador do mundo foi um judeu do Oriente Médio¹⁵.

CONCLUSÃO

Constatamos que nos filmes *Independência ou Morte*, *Xica da Silva* e *O Auto da Compadecida*, o negro é retratado de diferentes formas: nos dois primeiros, há o reforço de estereótipos negativos, e no segundo, é inusitadamente retratado como Jesus Cristo, fugindo do lugar-comum de sua descrição enquanto homem de características europeias.

Podemos afirmar, a partir da narrativa do filme *Independência ou Morte*, que a nobreza branca de origem europeia influenciou e definiu os rumos da nação, comandando o governo, as instituições e a religião. O povo pobre – e principalmente o negro – manteve sua condição subalterna, agravada pela escravidão à qual os afro-brasileiros foram submetidos.

E no contexto do regime militar, quando o filme foi produzido, era necessário mostrar que, mesmo naquelas condições, havia conformismo e sujeição. Não havia interesse algum, por parte de um governo autoritário e ditatorial, na propaganda de lutas e rebeliões de negros e populares, ou de movimentos separatistas, como era o caso da Revolução Pernambucana, de 1817, e da Confederação do Equador, em 1824, abrangidos pelo recorte temporal do filme em questão.

Discorrendo sobre os estereótipos na História do Brasil, *Independência ou Morte* é enquadrado na categoria “modelos heroicos e patrióticos”:

Uma função semelhante aos livros didáticos de História e dos monumentos em geral – a de glorificar sacrifícios e heroísmos individuais pelo bem da coletividade. Alguns filmes têm a função objetiva (mas muitas vezes subjetiva) de fazer com que os espectadores amem seu país, sua pátria, ou de legitimarem as instituições que governam uma sociedade. Algumas obras possuem esse conteúdo ideológico de maneira muito mais óbvia (*Independência ou morte!*, *A batalha de Guararapes*, *Os inconfidentes*, *Álamo*, *O patriota*, *O resgate do soldado Ryan*) que a média das produções, mas mesmo filmes ingênuos como os musicais norte-

¹⁵ BBC NEWS BRASIL. *Ponto de vista: porque é importante saber que Jesus não era branco*. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47985039>>. Acesso: 12 set. 2023.

americanos da década de 1950 (enaltecendo a sociedade dos EUA como promissora, feliz e perfeita no mundo pós-guerra) possuem conteúdo ideológico latente: o desfecho final da produção pode conduzir a uma moral, a uma situação que crie um referencial de comportamento ou de pensamento entre o público em geral. A de que viver e morar nos Estados Unidos é a melhor opção existente! (LANGER, 2004, p. 7).

No caso do filme *Xica da Silva*, há o reforço do estereótipo acima, com o agravante da questão da objetificação sexual do corpo da mulher negra. Um personagem histórico com Francisca da Silva é caracterizado desta forma pelo fato de ter mantido um relacionamento com um membro da elite colonial, gerando questionamentos não para João Fernandes, já casado e com filhos, mas para si. De acordo com este ponto de vista, apenas uma mulher “vulgar” se envolveria com um homem casado, atraindo-o através de insólitas práticas sexuais.

Por último, em *O Auto da Compadecida*, Jesus Cristo é um homem negro, mas não é a figura central do filme, papel neste caso reservado à sua mãe, a quem parece ser subalterno, mesmo em sua condição de filho de Deus. Apesar disto, é inegável que a intenção dos autores é chocar e causar reflexões a respeito de como o negro é visto em um país de maioria católica e de origem afrodescendente, em que sua padroeira é negra, a Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

Portanto, as narrativas históricas como as propagandeadas pelo filme *Independência ou Morte* não podem ser analisadas de forma isolada, pois fazem parte de uma perspectiva muito mais ampla e abrangente, de caráter elitista e etnocêntrico, buscando respaldar e legitimar abordagens históricas parciais e superficiais, abordando indivíduos e classes sociais mais favorecidas, deixando de lado os “bestializados”, na expressão do historiador José Murilo de Carvalho. Acrescentamos, ainda, que carecemos de conteúdos e análises de cunho decolonial a respeito da história do Brasil, objetivando uma narrativa sob a ótica daqueles que, durante séculos, foram tratados como seus coadjuvantes.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Olívia. De celebrado a proscrito: a produção de sentidos em torno do filme “Independência ou Morte” (Carlos Coimbra, 1972). *Historiæ*, v. 13, n. 2, p. 158-181, 2022.

BERNARDET, Jean-Claude; RAMOS, Alcides Freire. **Cinema e história do Brasil**. Edições Verona, 2017.

BERNARDI, Marisa. A mulher negra na obra casa-grande e senzala de Gilberto Freyre e as relações cotidianas e de poder: experiência pedagógica com alunos da Formação Docente em Santo Antonio do Sudoeste, Paraná. **Cadernos PDE**. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, v. 1, 2013.

CARVALHO, Aline Fonseca. **A conveniência de um legado adequável**: representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira durante a Ditadura Militar. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CHACHAM, Alessandra Sampaio; MAIA, Mônica Bara. Corpo e sexualidade da mulher brasileira. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**, v. 1, p. 75-86, 2004.

DROSDOFF, Daniel. **Linha dura no Brasil**: o governo Médici, 1969-1974. São Paulo: Global, 1986.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2012.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

GONZÁLEZ, Lélia. O papel da mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: **Spring Symposium the Political Economy of the Black World**, Center for Afro American Studies. Los Angeles: UCLA, 10-12 de maio de 1979 (mimeo).

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.

LANGER, Johnni. Metodologia para análises de estereótipos em filmes históricos. **Revista História Hoje**, 2004, vol. 2, n.º 5.

MARINGONI, O destino dos negros após a escravidão. **Revista Desafios do Desenvolvimento IPEA**, Brasília, n. 70, 2011, p. 35-42.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**, Niterói, UFF, n. 5, p. 15-34, 2004.

NASH, Peter Theodore. Quem eram? **Identidade!**, v. 1, n. 2 e 3, 2000.

PEREIRA, Nilton Mullet; PAIM, Elison Antonio. Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuições do pensamento decolonial. **Revista Educação e Filosofia**, 2018, vol. 32, n.º 66.

PINTO, Carlos Eduardo Pinto de. **Inconfidência ou Morte!** O embate ideológico entre o governo militar e os cinema-novistas através dos filmes de reconstrução histórica. 2002.

90 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientador: Marco Morel.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. Brasiliense, 2017.

SÁ, Miguel Borba de. Haitianismo: medo e ação das elites na produção do Brasil. In: **Anais do 3º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais: repensando interesses e desafios para a inserção internacional do Brasil no século XXI**. Florianópolis: ABRI/UFSC, 2016.

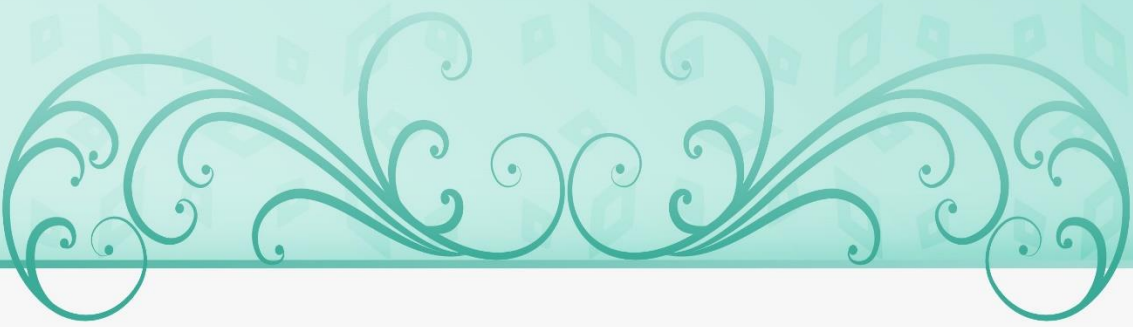
SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Julianna Rosa de. Personagem Negra: uma reflexão crítica sobre os padrões raciais na produção dramaturgica brasileira. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, maio/ago. 2017

VAINFAS, Ronaldo. **Homoerotismo feminino e o Santo Ofício**. In: PRIORI, Mary Del (org); Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 9. Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**. História Brasileira. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.



Capítulo 3
FEMINISMO NEGRO E
INTERSECCIONALIDADE NO CAMPO DA
EDUCAÇÃO: UM NOVO CAMINHO PARA A
CIDADANIA

Charlene de Souza Oliveira
Fabiana Maria S. S. Vilar Alvez





FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE NO CAMPO DA EDUCAÇÃO: UM NOVO CAMINHO PARA A CIDADANIA

Charlene de Souza Oliveira

*Professora de História do quadro efetivo municipal em Canhotinho-PE e Angelim-PE,
Especialista em História de Pernambuco (UPE) e Especialista em Direito Penal e Processo
Penal (AESGA), cha_oliveira@hotmail.com.*

Fabiana Maria S. S. Vilar Alvez

*Professora da Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA), Especialista em
Direito Público (ESMAPE) e Especialista Educação (ULP), fabianavilar@aesga.edu.br.*

RESUMO

Os feminismos negros, enquanto movimentos sociais, começam por questionar justamente a categoria mulher como uma unicidade. E fazem isso, principalmente, destacando a categoria raça para demonstrar as diferenças em ser lida como mulher negra em uma sociedade que, para além de ser sexista, é também racista. A pesquisa aqui apresentada objetivou investigar o conceito de interseccionalidade e feminismo negro, e suas contribuições para o campo da educação. Assim, este artigo expõe uma revisão sucinta dos debates encetados nas últimas décadas acerca da noção de interseccionalidade entre as diversas abordagens do pensamento feminista, dos estudos de mulheres e das teorias de gênero contemporâneas. Tendo em vista que esses conceitos nos levam a compreender como as articulações das diferentes categorias sociais se interrelacionam e estruturam a vida dos sujeitos, produzindo desigualdades e injustiças, desvela a complexidade da situação de pessoas e grupos, afirmando a coexistência de diferentes fatores como: vulnerabilidades, violências, discriminações, que também são chamados como eixos de subordinação, permite a possibilidade de pesquisar e viabilizar a existência ou não de desvantagens produzidas pela sociedade desigual sobre os sujeitos. Embasado em um levantamento bibliográfico de artigos, ensaios e livros publicados nos últimos anos, este texto procura contribuir com uma “sumarização” de algumas das principais contribuições que a análise interseccional tem oferecido ao pensamento feminista e à teoria social como um todo. Por fim, são apresentadas algumas considerações críticas a

determinadas características que atravessam o campo e que geram questionamentos ainda em aberto.

Palavras-chave: Feminismo. Interseccionalidade. Feminismo Negro.

ABSTRACT

Black feminisms, as social movements, begin by questioning the category of woman as a unique entity. And they do this, mainly, highlighting the category of race to demonstrate the differences in being read as a black woman in a society that, in addition to being sexist, is also racist. The research presented here aimed to investigate the concept of intersectionality and black feminism, and their contributions to the field of education. Thus, this article presents a succinct review of the debates initiated in recent decades regarding the notion of intersectionality between the different approaches to feminist thought, women's studies and contemporary gender theories. Considering that these concepts lead us to understand how the articulations of different social categories interrelate and structure the lives of individuals, producing inequalities and injustices, it reveals the complexity of the situation of people and groups, affirming the coexistence of different factors such as: vulnerabilities, violence, discrimination, which are also called axes of subordination, allows the possibility of researching and enabling the existence or not of disadvantages produced by an unequal society on the subjects. Based on a bibliographical survey of articles, essays and books published in recent years, this text seeks to contribute a "summarization" of some of the main contributions that intersectional analysis has offered to feminist thought and social theory as a whole. Finally, some critical considerations are presented regarding certain characteristics that cross the field and that generate still open questions.

Keywords: Feminism. Intersectionality. Black Feminism.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento da delicadeza e da fragilidade que caracterizam a infância, a adolescência e a juventude, e a compreensão de que ela deixa marcas indeléveis nas histórias pessoais e coletivas impõem a todo indivíduo a obrigação de zelar pela felicidade e pela qualidade de vida de cada ser humano.

Para nós, educadoras(es), esse dever é ainda maior e acarreta várias responsabilidades, como estarmos atentas(os) à condição de vida das alunas(os), para percebermos se suas necessidades básicas são satisfeitas; atuarmos em parceria com a

família, a escola e outras instituições sociais encarregadas de promover o bem-estar das(os) jovens; procurarmos oferecer, permanentemente, uma educação pautada na ética, servindo nossa conduta de modelo; formamos alunas(os) conscientes, que possam buscar o próprio bem-estar e o da coletividade.

Este artigo tem o propósito de fornecer subsídios a(o) professora(o) da educação básica e superior a fim de que possa orientar sua prática pedagógica para a formação cidadã das(os) alunas(os), levando-as(os) a usar lentes da justiça, da igualdade, da dignidade, da solidariedade, do respeito, da responsabilidade e da autonomia na percepção do mundo e de si mesmas(os).

Assim, esta pesquisa se justifica pela necessidade, bem como a importância de estudos referentes à perspectiva da interseccionalidade na formação das futuras professoras e professores, e não só estes, com o intuito de propiciar um espaço de discussões teórico-acadêmicas, criando assim condições para troca de saberes e experiências coletivas a partir da mediação enquanto dispositivo de (des)construção de discursos e práticas instituídas, levando assim o acadêmico a se (re)posicionar a partir de uma postura ética, problematizadora, crítica e reflexiva.

Desse modo, a pesquisa apresenta informações, reflexões e sugestões de atividades voltadas para a formação da cidadania, mas voltada para as pautas étnico-raciais. Estruturado e baseado nos contributos da interseccionalidade, feminismo negro e prática pedagógica para fortalecer esses debates em salas de aula.

Ora, educação e formação de cidadãs(ãos) quase compõem um binômio. Entretanto, quando o assunto são os conteúdos voltados para História e Cultura Afro-brasileira, estes são escanteados. Tendo em vista que Lei é obrigação e não opção, a Lei 10.639/2003 que versa sobre a obrigatoriedade, tanto na rede pública quanto privada, sobre o ensino de História da África e da História e Cultura Afro-brasileira em sala de aula, ainda permanecem no papel, mas para estarem dentro do espaço escolar, precisa partir da autonomia dos docentes.

Dessa forma cruzamos os contributos teóricos sobre interseccionalidade e feminismo negro para se trabalhar algo que há muito tempo foi silenciado pela história e escanteado até mesmo pelo movimento negro: a voz das mulheres/adolescente/menina.

Parafraseando a filósofa Djamila Ribeiro, escolhemos começar com o feminismo negro para explicitar os principais conceitos e definitivamente romper com a ideia de que

não estamos discutindo projetos. Dizemos isso porque ainda é muito comum se dizer que o feminismo negro traz cisões ou separações, quando é justamente o contrário.

Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual. Como aponta Carla Akotirene (2019), é pensar projetos, novos marcos civilizatórios, para que pensemos um novo modelo de sociedade.

Usando os contributos da pesquisadora citada, também discutiremos o conceito de interseccionalidade como forma de abarcar as vivências e intersecções a que está submetida uma pessoa, aqui, em especial, a mulher/menina negra. Dito isso, o termo define um posicionamento do feminismo negro frente às opressões da nossa sociedade que – infelizmente – tem cor e lado: branca, heteronormativa¹⁶ e patriarcal¹⁷.

Também entendemos que a formação para a cidadania, contudo, não deve se limitar às atividades pontuais na prática pedagógica, deve também estar presente em casa vivência do dia a dia escolar, pois esse é um dos objetivos da educação: transformar vidas. Com isso, compreendemos e defendemos que a escola é um lugar privilegiado para a socialização, a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e competências.

Além disso, os princípios humanos que sustentam a cidadania superam os limites territoriais que a definem e tornam o indivíduo um ser humano comprometido com o bem-estar e com a felicidade do conjunto da humanidade. Essa é, certamente, uma justificativa digna para que nós, pesquisadoras(es), professoras(es), educadoras(es), empenhemos o melhor de nossos esforços nessa formação.

O QUE É INTERSECCIONALIDADE?

“A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura” (ADICHIE, 2015, p. 48). Se uma humanidade inteira não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura. Segundo Collins e Bilge (2020), nos primeiros anos do século XXI, o termo “interseccionalidade passou a ser amplamente adotado por acadêmicas e acadêmicos, militantes de políticas públicas, profissionais e ativistas em diversos locais. Estudantes de

¹⁶ Heteronormatividade é a ideia de que apenas relacionamentos heterossexuais - isto é, entre pessoas de sexos opostos - são considerados corretos ou normais.

¹⁷ Na sociedade patriarcal, prevalecem as relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres e todos os demais sujeitos que não se encaixam com o padrão considerado normativo de raça, gênero e orientação sexual.

ensino superior e docentes de áreas interdisciplinares, como estudos feministas, estudos raciais, estudos culturais, estudos da civilização estadunidense e da mídia, bem como da sociologia, da ciência política, da história e de outras disciplinas tradicionais, encontram a interseccionalidade em cursos, livros e artigos teóricos.

O conceito de interseccionalidade, inicialmente proposto a partir de estudos e pesquisas feministas, se propõe a compreender como a articulação das diferentes categorias sociais (classe social, gêneros, raça/etnia, cor, sexualidades, corpos, entre outras) se encontram inter-relacionadas e estruturam a vida dos sujeitos, produzindo desigualdades e injustiças (PERPÉTUO, 2017). A pesquisa deste conceito se propõe na tentativa de apreender a articulação das múltiplas diferenças e desigualdades que perpassam, atingem e transitam pela Psicologia, ou melhor, em todos os contextos, sem exceção, onde acontecem; se produzem e reproduzem as relações humanas, buscando compreender a produção de sujeitos.

O conceito de interseccionalidade, proposto por Degele e Winker (2007 *apud* MATTOS, 2011), autoras alemãs, tem proporcionado discussões no intuito de compreender a dinâmica da dominação social, trazendo como ideia básica a possibilidade de explicar como as normas, valores, ideologias e discursos influenciam tanto as estruturas sociais quanto a constituição de identidades e são por elas influenciados.

Este conceito ajuda a compreender a complexidade da situação de pessoas e grupos, afirmando a coexistência de diferentes fatores como: vulnerabilidades, violências, discriminações; também chamados como eixos de subordinação, que acontecem de modo simultâneo na vida dos sujeitos. Esta perspectiva traz então a possibilidade de pesquisar e viabilizar a existência ou não de desvantagens produzidas pela sociedade desigual sobre as pessoas, permitindo ainda compreender e enfrentar de forma mais precisa a articulação entre as questões de gêneros raça/etnia, classe social, moradia, idade, orientação sexual, corpo, entre outras categorias; visto que estas não se desenvolvem de modo isolado nem afastam outros fatores passíveis de produzir desigualdades e injustiças da vida cotidiana.

A presença de outros fatores ao mesmo tempo potencializa os efeitos de ambos, bem como oferece as condições necessárias para que outras violações de direitos ou de criação de privilégios e desigualdades se instalem. Chama a atenção de como estas categorias sociais, longe de serem “naturais” ou “biológicas”, são construídas e estão inter-relacionadas e ainda como estas estruturam a vida das pessoas (MÉNDEZ, 2014, p. 56).

Assim sendo, a interseccionalidade traz a conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais destes chamados eixos de subordinação. Trata especificamente da forma pela qual os sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam posições sociais e como as ações e políticas específicas geram opressões que circulam ao longo de tais eixos constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Abordar de forma interseccional nos possibilita a realização de estudos mais precisos a respeito de possíveis causas e efeitos das desigualdades sociais em suas diversas combinações. Assim, como traz Pochay (2011, p. 28) podemos pensar a interseccionalidade “[...] como um modo de problematizar o que nos faz humanos ou não”.

A abordagem interseccional nos traz questões sobre como o encontro destes diferentes fatores/categorias/marcadores sociais, inferem direta/indiretamente no contexto de cada sujeito e/ou grupo e como estes agem sobre os mesmos, permitindo assim também buscar refletir de que forma se dá esta articulação (gêneros, raça/etnia, classe social, idade, moradia, corpo), visto que as mesmas não se dão de modo isolado e estanque, nem excluem outras categorias possíveis de produzir desigualdades, revelando assim múltiplas formas de desigualdade social, repressão e poder. Proporcionou-nos discussões e reflexões no sentido de compreender a dinâmica da dominação social, possibilitando entender como valores, ideologias, normas influenciam tanto as estruturas sociais quanto a constituição de identidades e são por elas influenciadas (MATTOS, 2011).

A interseccionalidade segundo Rodrigues (2013), é um conceito que permite dar visibilidade as múltiplas formas de 'estar' no mundo sem cair em “um reducionismo de um princípio unificador comum, mas sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão” (RODRIGUES, 2013, p. 6). Esse conceito viabiliza estudar uma multidimensionalidade atravessada por raça, gênero, classe social e orientação sexual que permitem desconstruir os conceitos impregnados, naturalizados e reproduzidos na sociedade como aqueles tidos como “normais”.

Essas discussões, reflexões sobre a noção de interseccionalidade já vem sendo feitas, dentro dos estudos e teorias feministas, onde no final dos anos 80 e durante toda década de 90, surgem novas formulações sobre o conceito de gênero, sendo este repensado por diversas autoras como Joan Scott, Donna Haraway, entre outros.

Na atualidade os estudos interseccionais têm corroborado para o aprimoramento dessas discussões em alguns campos da Educação, as quais permitem problematizar as relações de poder que produzem os marcadores sociais, que subjetiva, confecciona e distribui os corpos. Em um breve estudo sobre as interseccionalidades no cenário brasileiro Rodrigues (2013) ressalta que os pontos de intersecções mais presentes são os de gênero, classe social, raça/etnia e geração, os quais envolvem atravessamentos históricos, políticos, culturais e relações de poder que dão legitimidade e visibilidade a alguns modos de ser e estar no mundo e ao mesmo tempo corrobora para ilegitimidade e invisibilidade de outros modos de existir.

A abordagem interseccional nos ajuda a compreender a complexidade da situação de pessoas e/ou grupos, considerando a coexistência e a subordinação de diferentes fatores que incidem simultaneamente na vida das pessoas. Apresenta um significado complexo, irreduzível, um conjunto de efeitos variados e variáveis que surgem quando as múltiplas categorias de diferenciação se interseccionam em contextos históricos e específicos, enfatizando que as diferentes dimensões da vida social não podem ser separadas. Os estudos interseccionais corroboram para problematizações dos processos de subjetivação e dos marcadores sociais que subjetivam os corpos e, numa perspectiva transdisciplinar compreende que esses são constituídos de multiplicidades e pluralidades, nos quais são atravessados por marcadores sociais que interseccionam a vida, produzindo sua hierarquização e segregação por intermédio dos valores culturais e sociais.

Logo, levar em consideração os marcadores sociais/interseccionais (raça/etnia, sexo, sexualidades, religiões, idade, classe social, entre outros) na formação em Educação – espaços escolares –, faz problematizar os agenciamentos e suas potências na produção de subjetividades. Assim, ao perceber que as subjetividades são produzidas no campo coletivo e não individual, estas são constantemente atravessadas por dispositivos de poder que delimitam por vezes a ampliação da vida e da percepção das realidades. Compreender as dinâmicas das relações de poder que (re)produzem desigualdades múltiplas, constroem visões parciais e dicotômicas no tratamento das diferenças ainda se constitui um desafio para a Educação/sala de aula enquanto ciência e profissão (professoras e professores).

Portanto, é imprescindível perceber as interconexões das lógicas produtoras das diferentes formas de opressão, bem como de privilégios. Entendemos então que trazer o

diálogo e a perspectiva interseccional para a formação de professoras(es) que estão atuando em sala de aula, se torna em primeiro lugar uma ampliação da própria ciência educacional, rompendo com essencialismos e naturalizações de modos de existência. Em segundo lugar, cria espaços de diálogos mais humanizados e críticos a respeito das demandas sociais, sexuais e raciais que se configuram na realidade transcontemporânea.

INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMO NEGRO

Akotirene (2019) entende a interseccionalidade como “sistema de opressão interligado” que circunda vida de mulheres negras no encontro de avenidas identitárias, assim como, a feminista negra estadunidense, Patricia Hill Collins. De forma perspicaz, a autora apresenta a leitores e leitoras o que é interseccionalidade sob o ponto de vista feminista negro, articulando diversas contribuições de intelectuais. Ela chama atenção, também, para a apropriação do conceito por instituições, movimentos sociais e correntes teóricas que em muitos casos, além de negar a autoria feminista negra, utilizam-se da interseccionalidade para criminalizar corpos negros.

Sendo assim, expressando contradição com a finalidade com a qual o conceito foi criado, exemplificando, o que a autora denomina de epistemícidio e racismo epistêmico. O epistemícidio como a autora apresenta, é pensado a partir de Boa Ventura Souza Santos (1997). O autor o define como o mecanismo mais exitoso de dominação étnica/racial, visto que nega e deslegitima veementemente as formas de conhecimento produzidas por grupos dominados, e por isso acaba por negar os membros de tais grupos enquanto sujeitos de conhecimento.

Produções feministas como a de Daniele Kergoart são questionadas por Akotirene (2019). Para a autora, Kergoart invisibiliza o pioneirismo feminista negro ao propor uma leitura de mundo a partir da tripla dimensão: divisão sexual do trabalho, controle sexual reprodutivo das mulheres e racismo, sem referenciar as feministas negras. Outras críticas levantadas estão relacionadas à criação da vertente “feminismo interseccional”, pois a pretensão de torná-la substituta do feminismo negro, para a autora, “equivale explorar a riqueza intelectual de África e chamar de modernidade” (AKOTIRENE, 2019, p. 51). A autora também critica a apropriação do conceito por neoliberalistas:

Estou certa do neoliberalismo usufruir do conceito de interseccionalidade, em virtude de ele ter sido cunhado no campo do

Direito e este campo ser manuseado pelo brancocentrismo, punitivismo e criminalização de pessoas negras. Então prefere o feminismo interseccional, querendo usar a seletividade racial do Direito, disposta a usar o uso do conceito, porém não do conteúdo, anterior do período em que o conceito foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989. A prerrogativa do Direito pode criminalizar homens negros, africanos, defender encarceramentos, sem dizer que estes institutos discordam das bases epistemológicas do feminismo negro. O despautério metodológico é tanto que usa até interseccionalidade no campo punitivo particular reportando ao pensamento feminista negro de Angela Davis, uma abolicionista penal (AKOTIRENE, 2019, p. 52).

Desfeitos os equívocos construídos sobre o conceito, a autora chama atenção para o fato de que “A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (AKOTIRENE, 2019, p. 48). Nessa perspectiva, o conceito sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica (AKOTIRENE, 2019, p. 36). Pois, tal perspectiva teórica “mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal” (AKOTIRENE, 2019, p. 30). Sendo assim, utilizar a interseccionalidade como prisma, é analisar de forma imbricada às opressões estruturais, de modo que elas não são somadas, já que são indissociáveis.

“Vamos pensar direito: Interseccionalidade e as mulheres negras” a autora chama atenção para o fato de que o conceito é “uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (AKOTIRENE, 2019, p. 63). Nesse sentido, mais do que pensar múltiplas identidades, a interseccionalidade evidencia “como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais posicionadas em avenidas identitária, que farão delas vulneráveis a colisão das estruturas e fluxos modernos” (AKOTIRENE, 2019, p. 63). Logo, a autora chama atenção para o fato de que movimentos sociais – feminismo e movimento negro – produzem insumos teóricos, para o Estado, que promovem essencializações sobre corpos de mulheres negras, pois desconsideram as múltiplas experiências discriminatórias possíveis, a partir do cruzamento de duas ou mais vias identitárias.

As críticas apresentadas neste capítulo vão das feministas negras ao uso indevido da interseccionalidade, até as críticas realizadas às feministas negras e, por conseguinte, à forma do feminismo negro consolidar sua epistemologia. Como salienta Carla Akotirene (2019), mulheristas reivindicam a construção de narrativas longe do que consideram “exclusividade de feministas negras sobre as histórias vividas por negras e negros em diáspora”.

De maneira consciente, Akotirene não ignora as críticas apontadas às feministas negras e sua produção epistemológica. Didaticamente, a autora aponta tais críticas e se posiciona acerca de cada uma delas. Entender outros pontos de vista é uma das qualidades apresentadas no texto. Defender até onde é possível a interseccionalidade e concordar com algumas críticas, como a importância de descolonizar o feminismo negro, evidência um olhar nada cristalizado sobre as relações sociais.

Acreditamos e defendemos, assim como Akotirene (2019), que a interseccionalidade é a autoridade intelectual de todas as mulheres que um dia foram silenciadas, ou seja, mulheres negras que a partir do tráfico transatlântico tiveram suas falas negadas, pois a branquitude utilizou o discurso como poderoso mecanismo de dominação. Com isso, indico esse livro a todas as mulheres negras e a todas e todos que trabalham, pretendem trabalhar ou conhecer mais das relações de raça e gênero a partir da lente de uma das mais brilhantes intelectuais do feminismo negro brasileiro.

Podemos afirmar, assertivamente, que o feminismo negro contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento sociológico do pensamento das mulheres negras que, com conceituações próprias e desenvolvimento de metodologias específicas, dão outro tom para a análise da condição da mulher negra, como diz Collins (2016):

Considerados em conjunto, os três temas chaves no pensamento feminista negro – o significado de auto definição e de autoavaliação, a natureza interligada da opressão e a importância de redefinição da cultura – têm contribuído significativamente na tarefa de elucidar o ponto de vista das e para as mulheres negras. Embora essa conquista seja importante em e para si mesma, o pensamento feminista negro tem contribuições potenciais para oferecer às diversas disciplinas que abrigam os seus praticantes (COLLINS, 2016, p. 115).

Patricia Hill Collins, segundo Conceição Nogueira (2017), é a autora que pode ser considerada uma das percussoras do conceito de interseccionalidade, responsável por criar o conceito de “matriz de dominação” (COLLINS, 1998, p. 200) e desenvolver sua teoria do “stand point”¹⁸. Para Collins, cada indivíduo tem a possibilidade, a partir do lugar de onde se encontra, produzir um olhar único sobre cada situação. Ela cunhou o termo outsider “within” que, em uma livre tradução, nos fornece a expressão forasteiras de dentro.

¹⁸ Influenciado também pelas teorias marxistas, a proposta de construir conhecimento desde um lugar situado, o stand point, foi desenvolvida como aporte epistemológico das teorias feministas, como propõe discussões de Sandra Harding (2004) e Donna Haraway (1995).

A autora irá escrever como os marcadores sociais de gênero e raça colocam as mulheres negras em lugares específicos que as permitem ter um olhar tanto da margem onde se encontram quanto do centro onde não podem estar posicionadas. Esse olhar privilegiado, portanto, contesta a ideia de pensar os marcadores sociais somente a partir das desvantagens sociais e nos leva a construção de uma ferramenta de empoderamento para as mulheres negras.

É importante perceber que o pensamento desenvolvido por essa autora é básico para entendermos o conceito de interseccionalidade, que vamos desenvolver a seguir. Com isso, podemos estabelecer alguns pontos importantes para o debate: a) interseccionalidade é uma das ferramentas teórico-metodológicas possíveis para entender as múltiplas opressões; b) a interseccionalidade não estabelece uma hierarquia ou somatória de opressões; c) o lugar de fala de cada indivíduo é multirreferenciado a partir de suas experiências.

Em termos simples, a interseccionalidade é a interação entre dois ou mais fatores sociais que definem uma pessoa. Questões de identidade como gênero, etnia, raça, localização geográfica ou mesmo idade não afetam uma pessoa separadamente. Ao contrário: combinam-se de diferentes formas, gerando diversas desigualdades (ou vantagens).

É visando construir uma outra imagem positiva em relação às mulheres negras que os feminismos negros vêm combatendo aquilo que a intelectual negra norte-americana Patricia Hill Collins denominou como imagens de controle, essa perspectiva em relação aos corpos de mulheres negras (COLLINS; BILGE, 2020).

As ideias de emancipação da mulher negra adquirem contornos próprios onde quer que estejam localizadas, as experiências individuais e configurações locais são o que moldam a luta social onde quer que seja. Com os feminismos negros não é diferente no caso do Brasil a experiência de diáspora fez com que as mulheres negras aqui ressignificassem suas pautas, pautassem suas demandas e tornando os feminismos negros brasileiros hoje um dos mais influentes no mundo.

O protagonismo histórico das mulheres negras no Brasil data da sua chegada forçada pela escravização e na tentativa por sobrevivência. Embora só muito recentemente se construiu a necessidade de se pautar o lugar dessas mulheres na história, não podemos negar o papel de Luiza Mahin, Zeferina, Maria Felipa, Dandara, Mãe Menininha do Gantois e tantas outras que zeram a história de resistência do povo negro

no Brasil. Em relação a construção de um movimento feminista negro no Brasil, é importante identificarmos que a grande maioria das mulheres negras sempre militaram em instituições mistas dos movimentos negros, ou em partidos políticos, pautando a questão da mulher nessas instituições e, posteriormente, migrando para organizações exclusivas de mulheres negras, sobretudo pela impossibilidade do diálogo sobre as questões de gênero, assim como o racismo tornava limitado o diálogo com as mulheres brancas (ASSIS, 2019).

Um fato histórico marcante nesse processo é a formação do Conselho da Condição Feminina em São Paulo (1983): fruto de reivindicações dos movimentos feministas, o Conselho, em sua composição, não possuía como integrante nenhuma mulher negra e, sem dúvida, esse fato, naquele momento, demonstrava, na prática, a veracidade das denúncias que já vinham sendo feitas pelas mulheres negras sobre a questão da representatividade. A reação imediata dos movimentos de mulheres negras criou a resposta necessária ao ocorrido nessa ocasião e culminou na conquista de representação não só no Conselho Estadual como também no Conselho Nacional de Direitos da Mulher, em 1988 (ASSIS, 2019).

Contemporaneamente como momento histórico destaca-se a criação da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB, 2000) que, agregando diversas organizações de mulheres negras, teve um papel fundamental na expressiva participação de mulheres negras na I Conferência Nacional de Política para as Mulheres (BRASIL, 2003).

Destacamos aqui para o ano de 2015, quando mais de cinquenta mil mulheres ocuparam a capital administrativa do país na I Marcha Nacional de Mulheres Negras, fruto de anos anteriores de organização em nível municipal e estadual até culminar nessa grande marcha. As pautas trazidas referiam-se a antigas e atuais pautas do movimento de mulheres negras, cujo lema era *Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver!*

Ademais, o que é inegável é que o uso do termo interseccionalidade hoje no Brasil ganhou popularidade nas discussões sobre gênero e raça e aponta para um alargamento de produções teóricas a respeito desse conceito nos próximos tempos. Todas nós que nos aventuramos a estudar o pensamento feminista negro, sem dúvidas, em algum momento, esbarramos no conceito de interseccionalidade. Em uma rápida pesquisa na base de dados da ScIELO – *Scienti c Electronic Library Online*, ao usar interseccionalidade como palavra-

chave, encontrei, no momento da escrita de nosso livro, um total de sessenta e quatro trabalhos das mais diversas áreas acadêmicas.

Certamente uma pesquisa mais aprofundada e em outras bases nos forneceria muito mais dados. É possível também perceber que, numa avaliação empírica, nos diálogos no meio acadêmico raramente escutamos falar de uma pesquisa, sobretudo no campo de gênero, raça e sexualidade que não se auto de na como interseccional.

Soma-se a isso as análises possíveis dos discursos em redes sociais e/ou falas advindas dos movimentos sociais nas quais o conceito não apareça. Pensando no ambiente escolar, sem dúvidas, a metodologia interseccional, se bem aplicada, pode ser útil tanto em identificar debilidades estruturais do campo educacional, bem como instrumentalizar possíveis ações para diminuição das desigualdades e respeito às diferenças.

EDUCAÇÃO E LUGAR DE FALA

Precisamos começar entendendo que todas as pessoas têm lugar de fala. Pensando que vivemos em uma sociedade autointitulada democrática, todos/as temos garantido constitucionalmente o direito à liberdade de expressão, resguardado o respeito às escolhas individuais. Por que então pensar sobre o lugar de onde cada um fala? Para entendermos tudo isso, o primeiro passo é pensar que tudo tem a ver com a construção dos discursos sociais. Uma mesma temática pode ser desenvolvida por indivíduos diferentes de acordo com a posição social em que os mesmos se encontram.

O fato é que todos esses debates sobre análise do discurso são de extrema importância para a conotação que o termo lugar de fala ganha nos dias atuais. Como já mencionamos brevemente no nosso texto, para os feminismos negros o lugar onde cada um se situa, se fizermos uma análise a partir da metodologia interseccional, é importante para pautar nosso lugar social, e isso é exatamente o que podemos pensar como lugar de fala. Nesse sentido, é muito importante retomarmos aqui Patricia Hill Collins e a teoria do ponto de vista, quando a autora defende que o lugar a margem das mulheres negras permite enxergar desde esse lugar para o centro, mas também para a margem.

Quando falamos da defesa de um “ponto de vista” é preciso evidenciar algumas questões, como, por exemplo: a) construção dos olhares e discursos não dizem respeito às experiências individuais em si, e sim a construção histórica dos lugares ocupados por

determinados grupos sociais; b) o lugar de fala dos grupos sociais considerados minoritários não inviabiliza a fala dos grupos hegemônicos; c) marcadores sociais são usados para reafirmar desigualdades porque vivemos em uma sociedade na qual as desigualdades se estabelecem de forma estrutural e não a partir somente das relações individuais.

Em outras palavras, quando voltamos o nosso olhar para entender o lugar de fala para além do indivíduo se torna mais simples a exemplificação. Pense por um instante na nossa sociedade fortemente marcada pelo racismo, classismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, capacitismo, transfobia e etarismo. Entendendo que todas essas discriminações são estruturais, fica um pouco mais fácil pensar quais são os grupos sociais que possuem seus discursos legitimados.

Portanto, garantir espaço para que grupos que nunca antes tiveram oportunidade de falar sejam ouvidos é um dos maiores achados da perspectiva do lugar de fala. A ampliação desses lugares para falar e ser ouvido significado, entre outras coisas, a transformação do curso da história já que uma narrativa contada pelos “vencedores” não representa a mesma história vivida por aqueles que foram “vencidos”.

A escritora nigeriana Chimamanda Adiche, ao escrever sobre os perigos da história única, nos chama a atenção sobre como a ideia de sociedade que temos hoje foi construída por aqueles que tiveram acesso aos espaços de poder. Hoje, ainda que lentamente, os grupos considerados marginalizados têm ocupado esses lugares e escrito suas próprias versões da história, o que de fato é relevante.

Se voltarmos nosso olhar para história do Brasil e a importância do ambiente escolar para construir múltiplos lugares de fala, vamos entender que ainda hoje a formação dos profissionais da área de educação, produção de livros didáticos, construção do currículo escolar nos levam a uma história sobre a população negra e indígena que não corrobora para uma valorização dessas culturas. Por isso foram necessárias as lutas travadas pelos movimentos sociais, que culminaram na criação da lei 10.639/03 e a 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino de cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, visando transformar as imagens construídas sobre indígenas e negros no Brasil.

Percebam que a necessidade da criação dessas leis em um país de maioria da população não-branca denuncia que há poucos espaços para história não hegemônica ou uma versão sobre as culturas tradicionais que não sejam caricatas.

Todas essas mudanças são fruto de um acúmulo de ações que visam garantir outros lugares de fala. E isso se inicia garantindo o acesso à educação por meio de ações afirmativas, como as cotas (raciais, sociais, identidade de gênero, pessoas com deficiência) no acesso ao ensino superior e, posteriormente, em concursos públicos, por exemplo, que dão espaço a todas as vozes para que elas contem as suas histórias a partir das suas próprias experiências.

A filósofa Djamila Ribeiro, em 2018, lançou o livro *O que é lugar de fala?*, pela coleção *Feminismo plurais*, e popularizou, no Brasil, a já existente discussão sobre o assunto. Na obra, a autora dialoga com as perspectivas adotadas por autoras como Grada Kilomba, Donna Haraway, Luiza Bairros e Patricia Hill Collins, faz uma interessante revisão literária sobre o assunto e traz algumas provocações sobre as armadilhas do uso indistinto desse conceito. O livro propõe a reflexão sobre o conhecimento situado, já problematizado por algumas correntes feministas, as discussões sobre as pautas identitárias a partir de situações cotidianas.

Outro lugar comum que encontramos no debate sobre o lugar de fala é a inegável razão dos grupos minoritários sobre os assuntos que lhe dizem respeito e esse ponto é contestável ao começar pelo fato de que nenhum grupo social é homogêneo e, portanto, as diferenças intragrupos devem ser sempre consideradas. Um outro aspecto que devemos considerar nesse caso é que as vivências sociais dos grupos historicamente marginalizados, a partir das regras sociais daqueles que se encontram hegemonicamente nos espaços decisórios, por vezes levam a reprodução de aspectos que contribuem para a manutenção de suas próprias opressões.

Muito tem se discutido sobre como o uso acrítico do *lugar de fala* pode servir como armadilha para pensar estratégias de luta contra a opressão. Isso porque um dos maiores ganhos de se pensar a partir de lugares localizados é entender quais são os pontos em comum, partindo das diferenças que nos unem para a luta conjunta; no caso de utilizarmos os lugares de fala para o silenciamento do outro não criamos espaços dialógicos.

Por isso, destacamos aqui, partindo de nossas investigações e pesquisas, alguns pontos que consideramos importantes nessa discussão: a) Lugar de fala não se refere a identificar o atravessamento de múltiplos marcadores sociais apenas como marcas de opressão; b) Lugar de fala não é um aspecto exclusivo de alguns grupos sociais; c) Não

existe hierarquia de opressão, portanto, nenhuma experiência localizada leva alguém a sofrer mais do que o outro.

Vale ressaltar que, em alguma medida, alguns incômodos em relação ao conceito de lugar de fala são gerados em função da disputa pelos campos discursivos, pois existem grupos interessados que aqueles/as que não podiam falar permaneçam calados/as e não é esse o caso que queremos evidenciar aqui. Pelo contrário, entendemos que quanto mais pluralidade de vozes tivermos entre os grupos historicamente marginalizados, mais avançamos nas estratégias de luta contra as múltiplas opressões.

O ambiente escolar se constitui como um *ethos* no qual as mais diversas formas de ser se encontram. A convivência entre estudantes, professores(as), pedagogos(as), família e demais que compõe a comunidade escolar nem sempre se dá de maneira harmônica devido a eclosão dessas diferenças.

Já sabemos que as diferenças não devem ser vistas como um aspecto negativo do ponto de vista da convivência, porém, saber lidar com essas diferenças do ponto de vista pedagógico nem sempre é uma tarefa fácil, mas que se torna necessária para o bom funcionamento da comunidade escolar como um todo.

Como falamos anteriormente, cada um de nós traz, a partir de sua localização, experiências individuais que tornam nossa trajetória o nosso lugar de fala; no caso as experiências no ambiente escolar, essas se misturam e se manifestam muito além das relações em sala de aula.

O contexto escolar não se difere das demais instituições escolares no que diz respeito as hierarquias sociais, logo, as características e comportamentos hegemônicos se reproduziram também naquele espaço. Sendo assim, o equilíbrio dessa situação só pode vir de mudanças conjuntas e que surtem efeito a longo prazo, apostando tanto em mudanças estruturais e reflexões individuais.

Para isso, citamos como alternativas: a) Transformações curriculares a fim de incluir a história dos grupos historicamente marginalizados a partir de seus próprios pontos de vista; b) Formação profissional dos envolvidos na comunidade escolar no sentido de ampliar os conhecimentos sobre os mais diversos marcadores sociais e sua aplicação no contexto da escola; c) Criação de um ambiente de escuta sensível no qual professores/as e estudantes possam dialogar sobre seus lugares de fala; entendendo que todo ponto de vista agrega de forma peculiar para a comunidade em questão; d) Garantir que existam investimentos estruturais de maneira constante para que além do modelo tradicional de

educação, com novas formas multidisciplinares de saber agregadas; e) Embora as questões pontuadas acima se apresentem como um desafio frente a realidade das mais diversas comunidades escolares, garantir que cada lugar de fala exista dentro de uma justa medida nesse espaço é uma condição que definiu ou não a permanência dos indivíduos pertencentes aos grupos minoritários no ambiente escolar.

Todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que podem ser questionamentos, confirmações, complementações, negações, ampliações, iluminações de aspectos não distinguidos. Assim, além de reconhecer as diferenças entre as áreas do conhecimento, é preciso identificar onde se encontram as zonas de interseção entre elas para localizar os pontos em comum.

Para que isso aconteça, a(o) professor(a) de cada área precisa abrir um espaço de diálogo com outras disciplinas e identificar no seu campo de estudo onde estão as aberturas que permitem incorporar as contribuições das outras áreas. Defendemos que a interdisciplinaridade busca, sobretudo, um ensino que concilie diferentes conceitos, de diferentes áreas. Desse modo, pode-se substituir a fragmentação pela interação, permitindo que o aluno aprenda a relacionar conceitos e, conseqüentemente, construa novos conhecimentos, com muito mais autonomia e criatividade.

Vale ressaltar, também, que a interdisciplinaridade exige que o território de cada campo do conhecimento, as suas particularidades e especialidades, seja compreendido e respeitado. A ideia não é procurar um caminho para homogeneizar todas as disciplinas ou restringi-las a um enfoque, mas sim, correlacioná-las para que haja harmonia e práticas exitosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando tais elementos, a intenção deste artigo primeiramente foi a de contextualizar a relevância e o impacto dos estudos e teorias feministas no que concerne à noção de interseccionalidade, assim como os modos como a interseccionalidade afetou e impactou tais estudos e teorias. Procurou-se frisar especialmente o modo produtivo, altamente reflexivo e complexo de distintos flancos do pensamento feminista de conceber a articulação de diferenças sociais na produção – ou na desconstrução – de desigualdades no mundo contemporâneo.

Este trabalho procurou também condensar e sumarizar debates de modo a contribuir para que novas(os) pesquisadoras(os) possam se apropriar desse conjunto de discussões com mais facilidade e, em especial, o campo da educação, enfaticamente para professoras.

Portanto, esperamos que este artigo possa auxiliar, em alguma medida, a fomentar a proliferação das reflexões do campo feminista em suas múltiplas expressões e facetas. Dessa forma, procuramos apresentar sucintamente alguns dos principais traços do percurso histórico da noção de interseccionalidade no contexto do pensamento feminista, assim como uma contextualização panorâmica das suas principais vertentes e polêmicas.

Esperamos, por fim, que esse levantamento (o qual não se propôs a ser exaustivo e certamente deixa de lado, por questões de espaço e exequibilidade, a produção de importantes autoras), assim como algumas das sugestões e críticas aqui expostas, possam ser proveitosas e contribuir às(aos) interessadas(os) na temática a se aproximarem do campo e a desenvolverem suas análises sensibilizadas pelas inúmeras vertentes, teorizações e insights que a noção de interseccionalidade pode prover.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Letramento, 2019.
- ASSIS, D. N. C. de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, n. 1, v. 31, p. 99-127, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.
- COLLINS, P. H. La política del pensamiento feminista negro. In: NAVARRO, M.; STIMPSON, C. (orgs.) **¿Qué son los estudios de mujeres?** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 352, 1998. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/130483350/Collins-Patricia-La-Politica-Del-Pensamiento-Feminista-Negro-Que-Son-Estudios-de-Mujeres>. Acesso em: 01 nov. 2023.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.
- MATTOS, P. O conceito de Interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Universidade Federal de São Carlos, Curitiba/PR, 2011. Disponível em:

https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2298&Itemid=171. Acesso em: 01 nov. 2023.

MÉNDEZ, P. R. Metáforas y articulaciones para una pedagogía crítica sobre la interseccionalidad. **Quaderns de Psicologia**. v. 16, n.1, p.55-72. 2014. Disponível em: <http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/1219>. Acesso em: 01 nov. 2023.

NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador, Bahia: Devires, 2017.

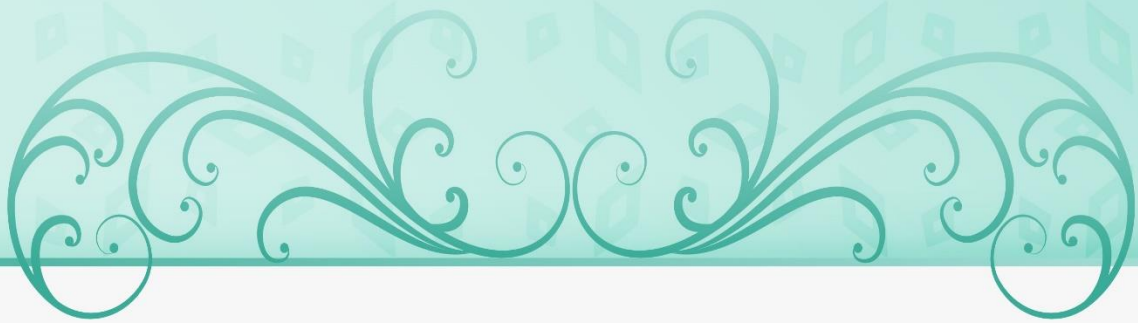
Perpétuo, C. L. O conceito de interseccionalidade: contribuições para a formação no ensino superior. **Simpósio Internacional em Educação Sexual**. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3159.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

POCAHY, A. F. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática/conceito feminista. **Textura, Canoas**, n.23, p.18-30, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/educere/article/download/6600/3523/21134>. Acesso em: 01 nov. 2023.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

RODRIGUES, C. Atualidade Do Conceito De Interseccionalidade Para A Pesquisa E Prática Feminista No Brasil. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2013. Disponível em: https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373303618_ARQUIVO_cristianorodriguesFG2013.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

SANTOS, B. V. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.



Autores





Autores

Alex Conceição Vasconcelos da Silva

Doutor em História Política (PPGH/UERJ), alexconceicao2004@gmail.com

Alexandre Elias da Silva

Professor de História do Instituto Federal Fluminense, campus Macaé (IFF Macaé), Mestre em História (UFF), doutorando em História (UERJ).

E-mail: aeliasiff@gmail.com

Charlene de Souza Oliveira

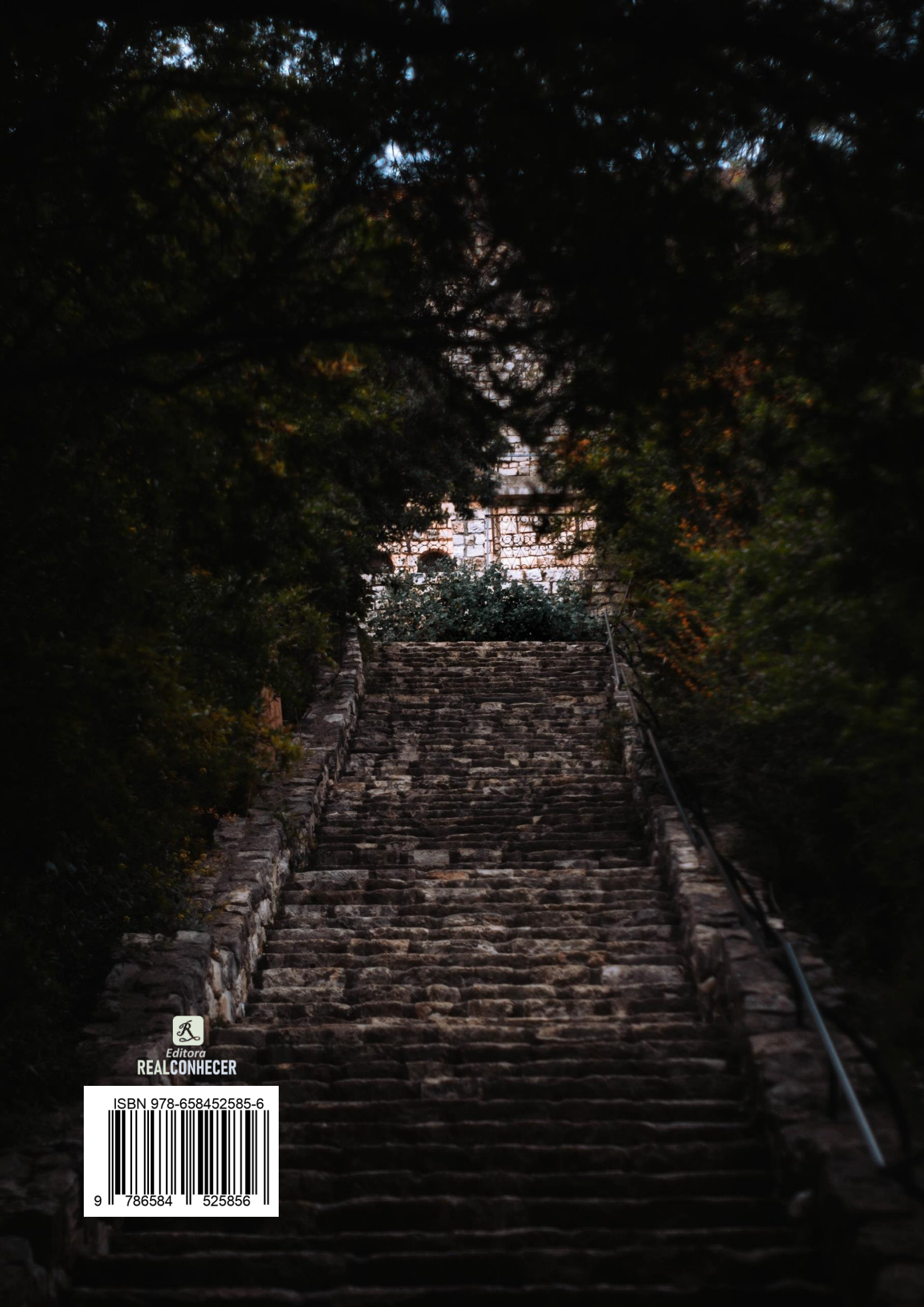
Professora de História do quadro efetivo municipal em Canhotinho-PE e Angelim-PE, Especialista em História de Pernambuco (UPE) e Especialista em Direito Penal e Processo Penal (AESGA), cha_oliveira@hotmail.com.

Fabiana Maria S. S. Vilar Alvez

Professora da Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA), Especialista em Direito Público (ESMAPE) e Especialista Educação (ULP), fabianavilar@aesga.edu.br.

Guilherme Esteves Galvão Lopes

Doutor em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV), pesquisador do LEPPEM/UFRRJ, guilhermegalvaolopes@gmail.com



Editora
REALCONHECER

ISBN 978-658452585-6



9

786584

525856